

TRIUNFO: GRANDES DESAFIOS. SOLUÇÕES INTELIGENTES.



Know-how em concessões



Retorno financeiro atraente



A verdadeira transformação só é possível por meio de inteligência aplicada. Transformando grandes desafios em projetos de sucesso, somos formados por talentos que têm grande capacidade de aprendizado e adaptação a novos cenários e o que nos norteia é o nosso forte desejo de realizar. Hoje, a Triunfo atua com solidez no setor de infraestrutura, considerando sempre o crescimento sustentável com retorno financeiro atraente para os nossos investidores.



Inteligência em projetos

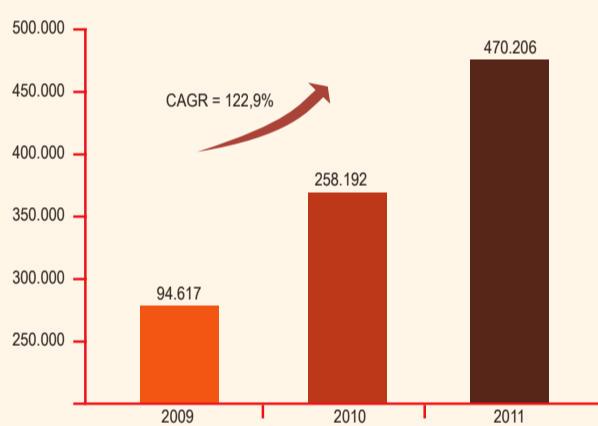


Valoriza pessoas

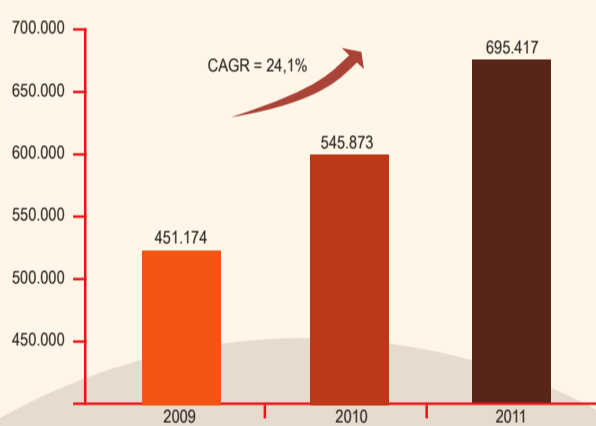


Alta qualidade dos serviços prestados

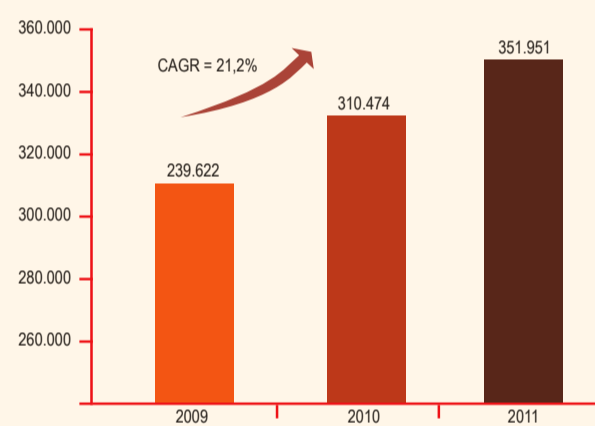
INVESTIMENTOS



RECEITA LÍQUIDA



EBITDA



TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. - Consolidado
Balanças Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro 2011 e 2010
(Em Milhares De Reais)

ATIVO	2011	2010
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	141.937	60.689
Aplicações financeiras vinculadas	55.533	39.327
Contas a receber de clientes	45.402	27.969
Indenizações de seguro a receber	0	3.721
Adiantamento a fornecedores	34.330	14.017
Impostos a recuperar	8.071	5.879
Contas a receber - partes relacionadas	2.736	26
Participações a comercializar	0	0
Despesas de exercícios seguintes	4.324	5.558
Outros créditos	5.100	8.988
Total do ativo circulante	297.433	166.174
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo:		
Aplicações financeiras vinculadas	50	3.527
Contas a receber de clientes	957	0
Créditos tributários diferidos	33.212	16.974
Contas a receber - partes relacionadas	9.642	0
Depósitos judiciais	1.429	1.183
Impostos a recuperar	2.310	877
Despesas de exercícios seguintes	1.875	0
Outros créditos	29	30
	49.504	22.591
Investimentos:		
Em controladas e equiparadas	0	0
Outros investimentos	35	21
Imobilizado	1.236.261	1.005.782
Intangível	1.171.563	1.130.085
	2.407.799	2.135.888
Total do ativo não circulante	2.457.303	2.158.479
Ativos de operações descontinuadas	648.951	690.961
TOTAL DO ATIVO	3.403.687	3.015.614

Salários, provisões e contribuições sociais	13.025	9.183
Impostos, taxas e contribuições	23.622	12.352
Adiantamento de clientes	1.495	11.944
Dividendos propostos	10.399	7.413
Contas a pagar - partes relacionadas	5.589	3.954
Contratos de aquisição de ativos	21.498	30.916
Arrendamento mercantil	6.349	0
Outras obrigações	14.767	5.218
Total do passivo circulante	495.769	305.277

NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo:		
Provisão para manutenção	26.713	18.041
Empréstimos e financiamentos	215.334	244.502
Debêntures	500.972	204.252
Impostos, taxas e contribuições	4.501	6.245
Imposto de renda e contribuição social diferidos	366.477	391.015
Contratos de aquisição de ativos	10.250	0
Provisão sobre Patrimônio Líquido negativo de Controladas	0	0
Receitas diferidas, líquidas	8.908	4.644
Provisões para contingências	720	1.015
Arrendamento mercantil	18.486	0
Outras obrigações	6.608	1.622
Total do passivo não circulante	1.158.969	871.336

PARTICIPAÇÕES DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	512.979	512.979
Reservas de capital	-6.566	3.380
Outros resultados abrangentes	707.798	775.616
Reservas de lucros	146.331	78.463
Lucros (Prejuízos) acumulados	0	0
Adiantamento para futuro aumento de capital	0	0
Participação de acionistas não controladores	0	37.077
Total do patrimônio líquido	1.360.542	1.407.515
Passivos de operações descontinuadas	388.407	431.486
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.403.687	3.015.614

Receita operacional líquida	695.417	545.873
Custos dos serviços prestados		
Operação, manutenção e conservação de rodovias	(436.805)	(342.449)
Custo de construção	(58.760)	(59.644)
Custo de construção	(94.655)	(64.983)
Operação portuária	(69.983)	(35.666)
Operação de cabotagem	(17.911)	-
Custo com pessoal	(45.152)	(37.066)
Depreciação do imobilizado (custo)	(9.401)	(9.139)
Depreciação do imobilizado (mais valia)	(29.055)	(27.931)
Amortização do intangível (custo)	(49.358)	(46.774)
Amortização do intangível (mais valia)	(50.906)	(48.240)
Remuneração do poder concedente	(11.624)	(13.006)
Outros custos operacionais	-	-
Lucro bruto	258.612	203.424
Receitas (Despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(125.745)	(78.160)
Despesas gerais e administrativas	(52.948)	(41.201)
Remuneração dos administradores	(15.127)	(11.825)
Despesas com pessoal	(35.684)	(25.947)
Depreciação do imobilizado (custo)	(8.950)	(2.997)
Depreciação do imobilizado (mais valia)	(3.482)	(3.661)
Amortização de ágio sobre investimentos	(3.678)	(3.523)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Ganho na diluição de participação	8.800	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(14.676)	10.994
Lucro operacional antes do resultado financeiro	132.867	125.264
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	(127.744)	(84.014)
Despesas financeiras	14.806	6.432
Despesas financeiras	(127.197)	(94.293)
Varição cambial, líquida	(15.353)	3.847
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.123	41.250
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(2.496)	(16.301)
Diferidos	(51.017)	(36.815)
	48.521	20.514
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	2.627	24.949
Operações descontinuadas		
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante	8.261	5.723
Participação de Acionistas Minoritários		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	22.363	33.985

TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. - Consolidado
Demonstração de Resultados Levantados em 31 de Dezembro 2011 e 2010
(Em Milhares De Reais)

Receita operacional bruta	756.868	594.054
Deduções da receita operacional bruta	(61.451)	(48.181)

O relatório da administração e as demonstrações financeiras em sua íntegra, juntamente com o parecer dos auditores independentes, foram publicados nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo em 27/03/2012.

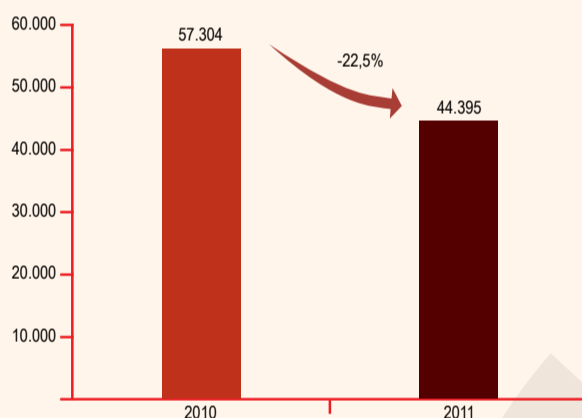
Concer | Concepa | Econorte | Portonave | Vetria | Portonaus | Maestra | Rio Verde | Rio Canoas

CONCEPA

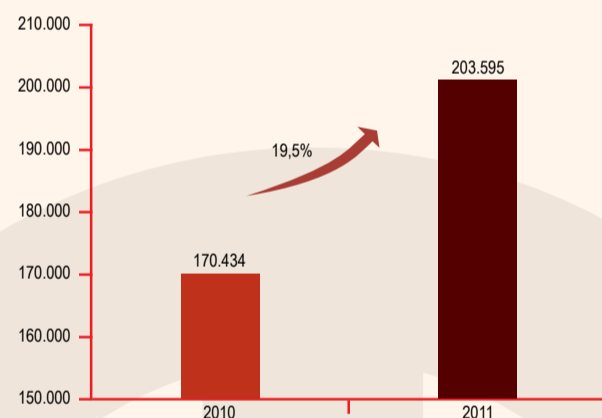
A PRIMEIRA CONCESSÃO
RODOVIÁRIA DO PAÍS.

Know-how, para nós, é a combinação de conhecimento de causa e experiência. Este know-how reflete-se em um portfólio de projetos bem sucedidos, rentáveis e com alto nível de aprovação dos usuários finais.

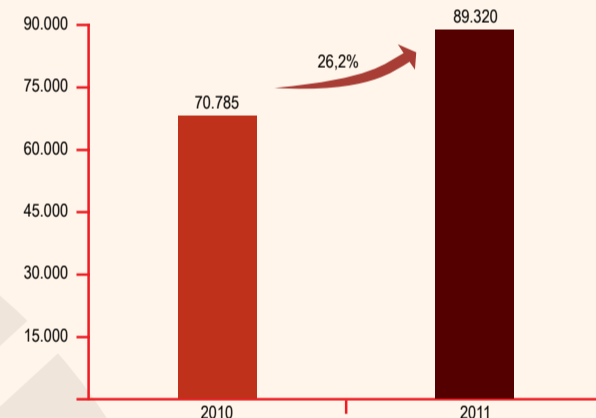
INVESTIMENTOS



RECEITA LIQUIDA



EBITDA



Balço Patrimonial
Balços Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 - IFRS
(Em Milhares De Reais)

ATIVO	2011	2010
CIRCULANTE		
Caixas e equivalentes de caixa	3.088	5.531
Aplicações financeiras	10	34.699
Contas a receber de clientes	4.464	3.652
Adiantamentos a empregados	41	13
Impostos a recuperar	9	10
Imposto de renda e contribuição sociais diferidos	0	0
Adiantamento a Fornecedores	57	3.680
Créditos diversos	0	0
Aplicações financeiras conta Reserva	7.597	7.790
Despesas antecipadas	318	372
Total do ativo circulante	15.584	55.747
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Imposto de renda e contribuição sociais diferidos	2.217	2.483
Depósitos judiciais	238	94
Intangível	324.924	326.638
Total do ativo não circulante	327.379	329.215
Tota do Ativo	342.963	384.962
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	2010
CIRCULANTE		
Fornecedores	6.608	5.584
Empréstimos e financiamentos	56.663	20.302
Debêntures	11.150	9.109
Salários, provisões e contribuições sociais	1.359	1.112
Impostos a recolher	4.477	3.025
Adiantamento de clientes	0	546
Partes relacionadas	10.440	3.380
Dividendos Obrigatórios a pagar	6.717	0

Outras obrigações	1.457	1.844
Total do passivo circulante	98.871	44.902
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a Longo prazo		
Empréstimos e financiamentos	68.659	115.430
Debêntures	11.373	22.809
Imposto de renda e contribuição social diferidos	47.603	52.320
Partes relacionadas	0	34.173
Impostos a Recolher	169	598
Provisões para contingências	160	49
Receitas diferidas	1.959	2.262
Total do passivo não circulante	129.923	227.641
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	67.300	61.010
Reservas de capital	74	74
Reserva de reavaliação	16.385	31.398
Reserva de lucros	10.912	19.937
Resultado do Exercício	19.498	0
Total do patrimônio líquido	114.169	112.419
Total do Passivo	342.963	384.962

Demonstrações dos Resultados
Demonstrações do Resultado - IFRS
Para os Períodos Findos em 31 De Dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	2011	2010
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	218.319	183.321
Receita de Pedágio	172.581	150.533
Receitas Acessórias	1.341	1.403
Receita de Construção	44.397	31.385
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-14.724	-12.887
ISS	-8.220	-7.186
PIS	-1.161	-1.015
COFINS	-5.343	-4.686

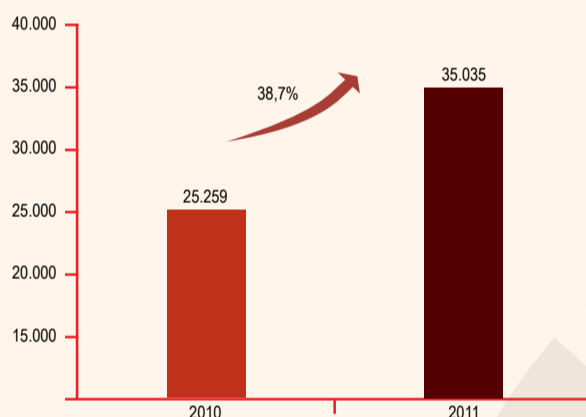
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	203.595	170.434
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(150.693)	(136.097)
Custos dos serviços prestados	(52.038)	(51.145)
Custo de Construção	(44.397)	(31.385)
Custos c/ Pessoal	(4.466)	(2.388)
Obrigações da Concessão	(3.710)	(5.379)
Amortização	(23.335)	(22.485)
Amortização da reserva de reavaliação	(22.747)	(23.315)
LUCRO BRUTO	52.902	34.337
DESPESAS OPERACIONAIS	(9.670)	(9.505)
Gerais e administrativas	(4.132)	(4.155)
Despesas c/ Pessoal	(5.073)	(4.378)
Amortização de Agio	(6)	-
Depreciação do imobilizado	-	(5)
Remuneração dos administradores	(1.133)	(1.115)
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	674	148
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	43.232	24.832
RESULTADO FINANCEIRO	-26.243	-27.824
Receitas financeiras	2.964	1.717
Despesas financeiras	(29.207)	(29.541)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16.989	(2.992)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(5.136)	1.148
Corrente	(9.937)	(3.518)
Diferido	7.468	8.062
Períodos Anteriores	350	-
Diferido PER	(3.017)	(3.396)
LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	11.853	(1.844)
Lucro básico por ação	0,176	0

CONCER

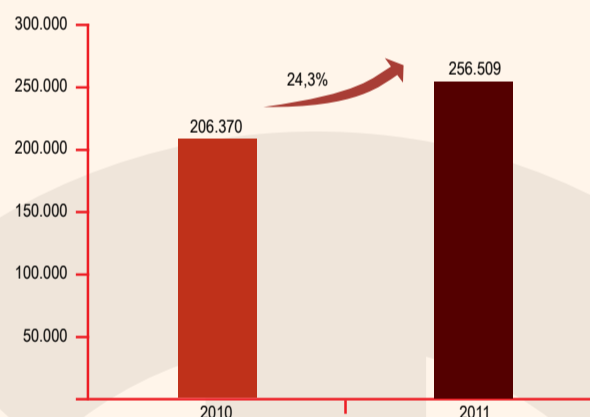
ELEITA PELO GUIA QUATRO RODAS DE 2011, A MELHOR RODOVIA DO RIO DE JANEIRO E MINAS GERAIS.

Para atingir a plena satisfação do usuário final, investimos em capital humano e tecnológico. Essa preocupação se reflete nos altos níveis de aprovação dos serviços prestados.

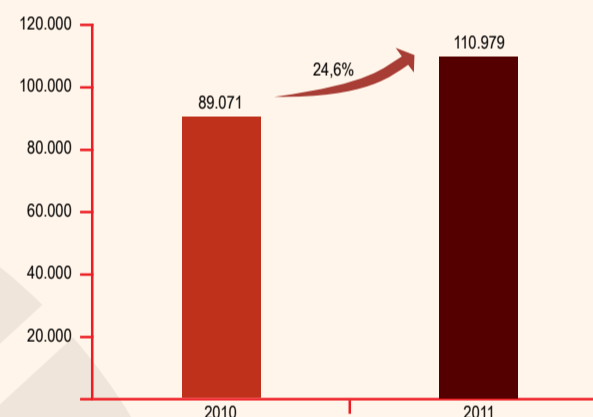
INVESTIMENTOS



RECEITA LÍQUIDA



EBITDA



Balço Patrimonial Balços Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 - IFRS (Em Milhares De Reais)

ATIVO	2011	2010
CIRCULANTE		
Caixas e equivalentes de caixa	4.251	2.771
Contas a receber de clientes	9.088	3.886
Adiantamentos a empregados	95	126
Impostos a recuperar	892	807
Adiantamento a Fornecedores	683	236
Créditos diversos	158	298
Despesas antecipadas	227	1.694
Total do ativo circulante	15.394	9.818
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Imposto de renda e contribuição sociais diferidos	322	627
Depósitos judiciais	725	699
Outros Créditos	46	46
Intangível	645.658	646.906
Total do ativo não circulante	646.751	648.278
Tota do Ativo	662.145	658.096
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	2010
CIRCULANTE		
Fornecedores	9.650	6.492
Empréstimos e financiamentos	39.387	46.484
Salários, provisões e contribuições sociais	1.891	2.008
Impostos a recolher	8.621	3.290
Parcelamento de débitos tributários	2.475	2.259
Adiantamento de clientes	640	934
Partes relacionadas	2.733	3.726
Dividendos Obrigatórios a pagar	253	1.250

Outras obrigações	432	1.928
Leasing a pagar	190	212
Provisão para manutenção	652	1.840
Total do passivo circulante	66.924	70.423
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a Longo prazo		
Empréstimos e financiamentos	21.158	28.622
Parcelamento de débitos tributários	5.903	7.704
Imposto de renda e contribuição social diferidos	119.769	129.266
Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	294	640
Receitas Diferidas	11.118	5.774
Leasing a pagar	64	259
Total do passivo não circulante	158.306	172.265
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	96.163	96.163
Outros resultados abrangentes	191.982	228.068
Reserva de lucros	148.770	91.177
Total do patrimônio líquido	436.915	415.408
Total do passivo	662.145	658.096

Demonstrações dos Resultados Demonstrações do Resultado - IFRS Para os Períodos Fimados em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	2011	2010
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	275.757	223.259
Receita de Pedágio	217.030	191.309
Receitas Acessórias	3.115	2.387
Receita de Construção	55.612	29.563
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(19.248)	(16.889)
ISS	(1.465)	(1.283)
PIS	(6.764)	(5.922)
COFINS	(11.019)	(9.684)

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	256.509	206.370
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(182.615)	(154.049)
Custos dos serviços prestados	(53.633)	(62.220)
Custo de Construção	(55.612)	(29.563)
Custos c/ Pessoal	(9.798)	(6.847)
Obrigações da Concessão	(5.754)	(1.840)
Amortização	(21.732)	(53.579)
Amortização da reserva de reavaliação	(36.086)	-
LUCRO BRUTO	73.894	52.321
DESPESAS OPERACIONAIS	(21.636)	-
Gerais e administrativas	(12.640)	(11.331)
Despesas c/ Pessoal	(6.503)	-
Amortização do Intangível	(1.438)	(1.034)
Remuneração dos administradores	(1.591)	(1.370)
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	536	2.144
Total das despesas operacionais		
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	52.258	-
RESULTADO FINANCEIRO	(11.707)	(12.145)
Receitas financeiras	432	788
Despesas financeiras	(12.139)	(12.933)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	40.551	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(13.941)	(6.667)
Corrente	(23.132)	(15.106)
Diferido	9.191	8.439
LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	26.610	-
Quantidade de ações (lotes de mil)	7.190	7.190
Lucro basico por ação	3,70	0,00

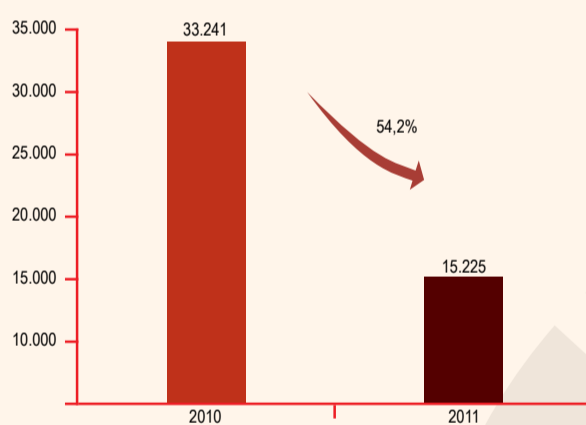
A Triunfo detém 62,5% da Concer. Os números aqui apresentados, referem-se a 100% do negócio, não considerando a participação da Triunfo.

ECONORTE

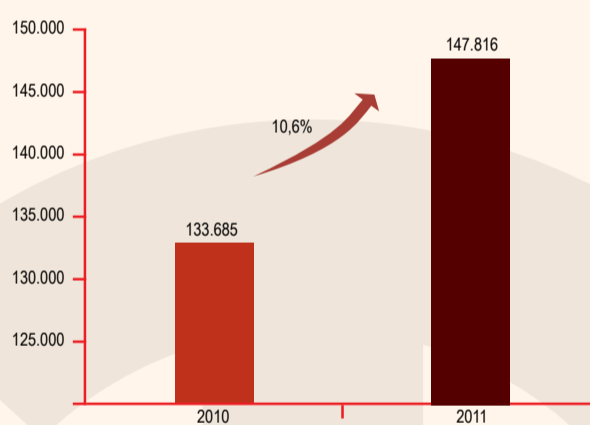
MAIS DE 20 PROJETOS
DESENVOLVIDOS
COM A COMUNIDADE DO
ENTORNO.

O amor ao trabalho e a preocupação com a comunidade são aspectos que permeiam as pessoas da Triunfo e fazem parte da evolução de nossos negócios. Este sentimento está presente em toda nossa história.

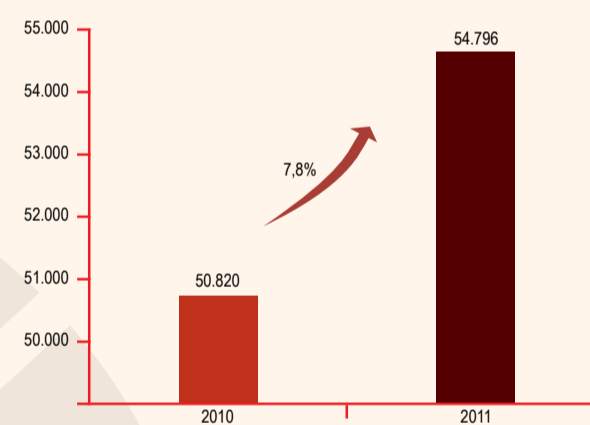
INVESTIMENTOS



RECEITA LÍQUIDA



EBITDA



Balço Patrimonial Balços Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 - IFRS (Em Milhares De Reais)

ATIVO	2011	2010
CIRCULANTE		
Caixas e equivalentes de caixa	2.662	2.426
Aplicações financeiras	14.636	0
Contas a receber de clientes	7.004	5.503
Partes Relacionadas	6.954	0
Despesas antecipadas	664	660
Outros Créditos	9	35
Total do ativo circulante	31.929	8.624
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Aplicações financeiras	50	3.527
Depósitos judiciais	0	209
Imposto de renda e contribuição sociais diferidos	11.769	7.768
Partes relacionadas	32.819	0
Investimentos	35	21
Intangível	235.127	238.496
Total do ativo não circulante	279.800	250.021
Tota do Ativo	311.729	258.645
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	2010
CIRCULANTE		
Fornecedores	3.041	2.873
Empréstimos	0	24.105
Provisão para manutenção	5.688	3.133
Debêntures	13.268	-
Obrigações tributárias	3.290	2.553
Dividendos a pagar	10.000	4.158

Partes relacionadas	74	3.483
Outras exigibilidades	1.626	1.389
Total do passivo circulante	36.987	41.694
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos	0	21.083
Debêntures	101.184	0
Provisão para manutenção	26.713	18.041
Impostos diferidos	50.002	49.973
Outras contas a pagar	1.442	1.464
Total do passivo não circulante	179.341	90.561
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	22.800	20.800
Ajustes de avaliação patrimonial	60.567	73.329
Reservas de lucros	12.034	22.420
Dividendos adicionais propostos	-	9.841
Total do Patrimônio Líquido	95.401	126.390
Total do Passivo	311.729	258.645

Demonstrações dos Resultados Demonstrações do Resultado - IFRS Para os Períodos Fimados em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	2011	2010
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	159.829	144.450
Receita de Pedágio	142.971	128.105
Receitas Acessórias	1.358	1.224
Receita de Construção	15.500	15.121
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(12.013)	(10.765)
ISS	(952)	(853)
PIS	(4.392)	(3.936)
COFINS	(6.669)	(5.976)

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	147.816	133.685
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(97.320)	(91.048)
Custos dos serviços prestados	(51.236)	(48.824)
Custo de Construção	(15.500)	(15.121)
Custos c/ Pessoal	-	-
Obrigações da Concessão	(4.318)	(4.337)
Amortização	(18.045)	(15.727)
Provisão para Manutenção	(8.221)	(7.039)
LUCRO BRUTO	50.496	42.637
DESPESAS OPERACIONAIS	(13.745)	(7.703)
Gerais e administrativas	(8.308)	(3.191)
Despesas c/ Pessoal	(5.437)	(4.089)
Amortização de Agio	-	-
Depreciação do imobilizado	-	-
Remuneração dos administradores	-	-
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	-	(423)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	36.751	34.934
RESULTADO FINANCEIRO	(13.754)	(9.778)
Receitas financeiras	5.302	232
Despesas financeiras	(19.056)	(10.010)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22.997	25.156
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(7.815)	(8.522)
Corrente	(11.787)	(11.891)
Diferido	3.972	3.369
LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	15.182	16.634
Lucro básico por ação	1,12	1,22



Triunfo

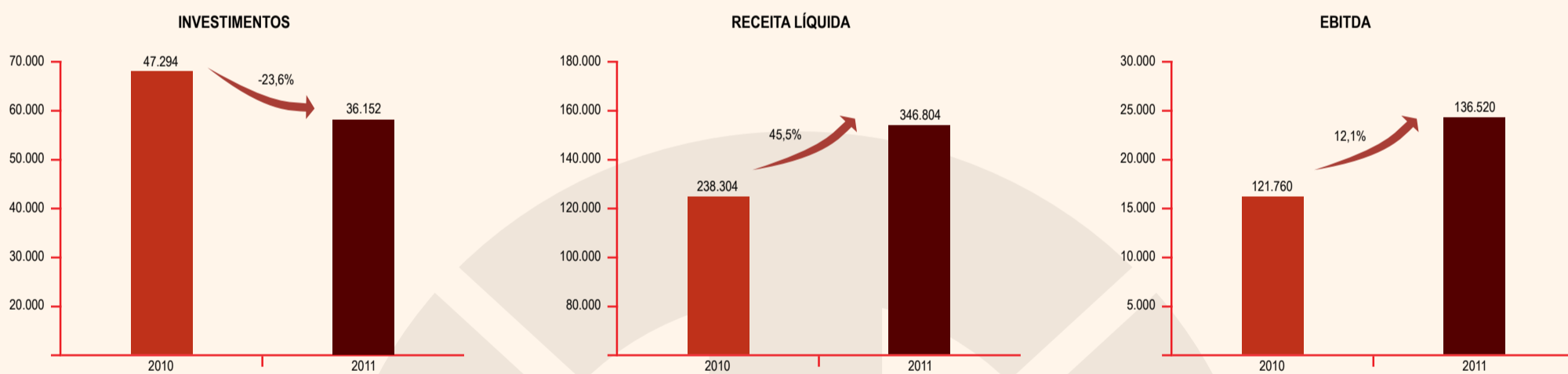
ECONORTE

PORTONAVE

RECONHECIDA COMO
UM DOS MELHORES
TERMINAIS DO MUNDO.

Fonte: Lloyd's List Global Awards 2011

Enxergamos a gestão profissional como um fator que garante o bom andamento da companhia e preserva recursos. Essa inteligência aplicada reflete-se em mais segurança para os investidores mais segurança para os investidores e mais qualidade nos projetos



Portonave S/A - Terminais Portuários de Navegantes
Balancos Patrimoniais - 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes caixa	38.611	21.054
Conta vinculada	13.553	12.814
Contas a receber	35.807	40.144
Partes Relacionadas	20	
Impostos a recuperar	636	650
Adiantamento a fornecedores	4.738	8.094
Despesas antecipadas	3.995	6.630
Outros créditos	3.426	17.115
Total do ativo circulante	100.786	106.501
NÃO CIRCULANTE		
Depósitos Judiciais	439	26
Contas a Receber	1.913	
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.326	12.662
Investimentos		
Imobilizado	1.571.307	1.624.617
Intangível	4.913	4.811
Total do ativo não circulante	1.590.898	1.642.116
TOTAL DO ATIVO	1.691.684	1.748.617
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2011	31/12/2010

CIRCULANTE	31/12/2011	31/12/2010
Fornecedores	24.169	21.544
Empréstimos e financiamentos	42.785	37.995

Obrigações sociais e trabalhistas	6.571	5.571
Obrigações fiscais	5.709	2.863
Adiantamento de seguros a ressarcir		20.496
Adiantamento de clientes	2.190	1.130
Partes relacionadas	99.736	84.754
Dividendos propostos	27.144	7.976
Outras obrigações		34
Total do passivo circulante	208.304	182.363
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	128.305	151.957
Imposto de renda e contribuição social diferidos	418.752	444.911
Partes relacionadas	109	109
Parcelamento de impostos e taxas	1.286	1.628
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	652	616
Total do passivo não circulante	549.104	599.221
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	66.116	66.116
Reservas Legal	1.505	2.221
Ajuste de Avaliação Patrimonial	786.036	829.220
Dividendos propostos		69.476
Lucros a destinar	80.619	
Total do patrimônio líquido	934.276	967.033
TOTAL DO PASSIVO	1.691.684	1.748.617

Portonave S/A - Terminais Portuários de Navegantes
Demonstração do Resultado - 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/2011	31/12/2010
Receita Operacional		
Operações com cargas de terceiros	233.443	195.262

Operações com cargas próprias	113.363	43.045
Receita operacional líquida	346.806	238.307
Custos serviços prestados/mercadorias vendidas		
Operação portuária/venda mercadorias	(139.965)	(71.330)
Custo com pessoal	(36.322)	(31.190)
Depreciação do imobilizado	(17.822)	(17.722)
Depreciação da mais valia do imobilizado	(58.110)	(58.110)
	(252.219)	(178.352)
Lucro Bruto	94.587	59.955
Despesas operacionais	(20.748)	(22.760)
Despesas gerais e administrativas	(2.716)	(1.963)
Remuneração dos administradores	(10.371)	(7.092)
Despesas com pessoal	(6.054)	(3.677)
Depreciação e amortização	(7.322)	(7.322)
Depreciação e amortização/ mais valia		
Resultado de equivalência patrimonial	1.905	18.489
Outras receitas e despesas operacionais	(45.306)	(24.325)
Lucro Operacional	49.281	35.628
Resultado Financeiro Líquido		
Receita Financeira	4.515	2.410
Despesa Financeira	(22.548)	(22.206)
Variação cambial líquida	(36.122)	11.410
	(54.155)	(8.386)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	(4.874)	27.242
Imposto de renda e contribuição social corrente	(18.549)	(13.978)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.822	14.410
	7.273	432
Lucro / (Prejuízo) do Exercício	2.399	27.674

A Triunfo detém 50% da Portonave. Os números aqui apresentados, referem-se a 100% do negócio, não considerando a participação da Triunfo.

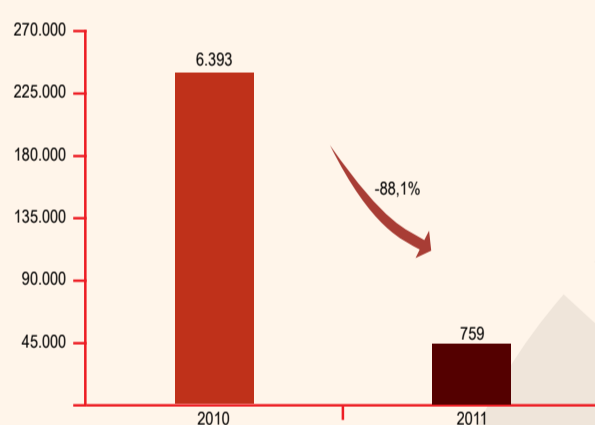
RIO VERDE

PROJETO COM
EFICIÊNCIA OPERACIONAL
ASSEGURADA

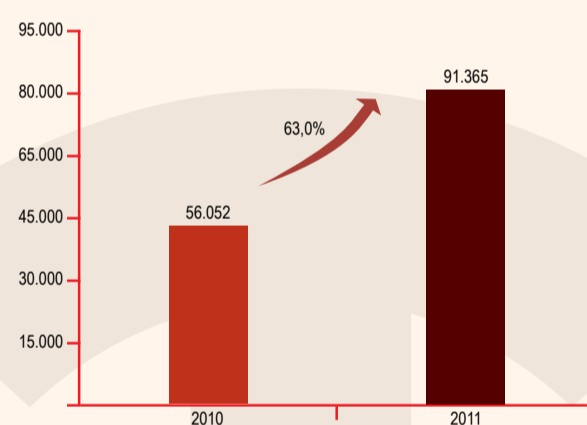


A atratividade de um investimento está muito relacionada à sua capacidade de se manter no longo prazo e propiciar o crescimento sustentável da empresa. Essa filosofia garante à Triunfo maior previsibilidade de receitas e taxas de retorno asseguradas.

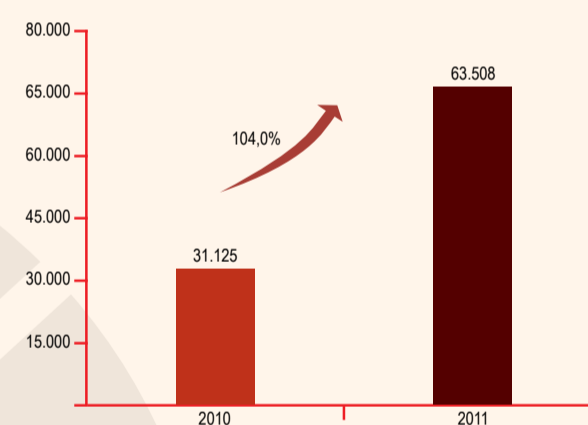
INVESTIMENTOS



RECEITA LÍQUIDA



EBITDA



Rio Verde Energia S.A. Balancos Patrimoniais - 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 (Em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes caixa	248	59
Contas a receber	10.178	9.590
Impostos a recuperar	8.007	64
Outros créditos	542	48
Aplicações financeiras vinculadas	17.625	13.203
Despesas antecipadas	268	603
(-) Perdas estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(948)	-
Total do ativo circulante	35.920	23.567
NÃO CIRCULANTE		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.017	8.207
Impostos a recuperar	16.001	-
Imobilizado	625.018	656.905
(-) Depreciação Acumulada	(32.052)	(9.369)
Intangível	57	12.260
(-) Amortização Acumulada	(10)	(609)
Total do ativo não circulante	613.031	667.394
TOTAL DO ATIVO	648.951	690.961

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31/12/2011 31/12/2010

CIRCULANTE		
Fornecedores	1.129	1.825
Empréstimos e financiamentos	22.056	29.373
(-) Garantia CBA	(4.756)	-
Salários e encargos sociais	148	151
Obrigações fiscais	2.731	5.041
Imposto de renda e contribuição social correntes	3.912	1.952
Outras obrigações	10.174	6.577
Dividendos a pagar	3.057	278
Total do passivo circulante	38.451	45.197
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo	-	-
Empréstimos e financiamentos	304.259	326.312
Outras obrigações	88	11.978
Imposto de renda e contribuição social diferido	46.209	48.013
Total do passivo não circulante	350.556	386.303
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	130.000	130.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	30.428	35.426
Ajuste de Avaliação Patrimonial	89.701	93.202
Reserva de Lucro	9.171	833
Reserva legal	644	0
Total do patrimônio líquido	259.944	259.461
TOTAL DO PASSIVO	648.951	690.961

Rio Verde Energia S.A. Demonstrações do resultado - 31 de dezembro de 2011 e 30 de dezembro de 2010 (Em milhares de reais)

Representado	2011	2010
Receita Operacional Líquida	91.365	56.052
(-) Custos sobre a produção de energia	(46.055)	(29.525)
Pessoal	(206)	(157)
Administradores	(552)	(417)
Despesa com PECLD	(948)	-
Operação e Manutenção	(9.153)	(3.594)
Compra de energia elétrica	(380)	(7.237)
Depreciação	(22.590)	(9.094)
Encargos do Setor Elétrico	(12.226)	(9.026)
Lucro Bruto	45.310	26.527
(-) Custos Administrativos	(3.832)	(4.536)
Pessoal	(1.170)	(1.511)
Administradores	(410)	(261)
Despesas Administrativas	(1.587)	(2.339)
Depreciação e amortização	(126)	(99)
Outras receitas e despesas	(539)	(326)
Lucro Operacional	41.478	21.991
Resultado Financeiro Líquido	(26.884)	(16.928)
Receita Financeira	1.524	513
Despesa Financeira	(28.408)	(17.441)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	14.594	5.063
Imposto de renda e contribuição social corrente	(7.126)	(1.991)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.016	1.428
Lucro / (Prejuízo) do Exercício	9.484	4.500
Quantidade de ações (lote de mil)	70.586	70.586
Lucro líquido por lotes de ações, em reais	0,1344	0,064



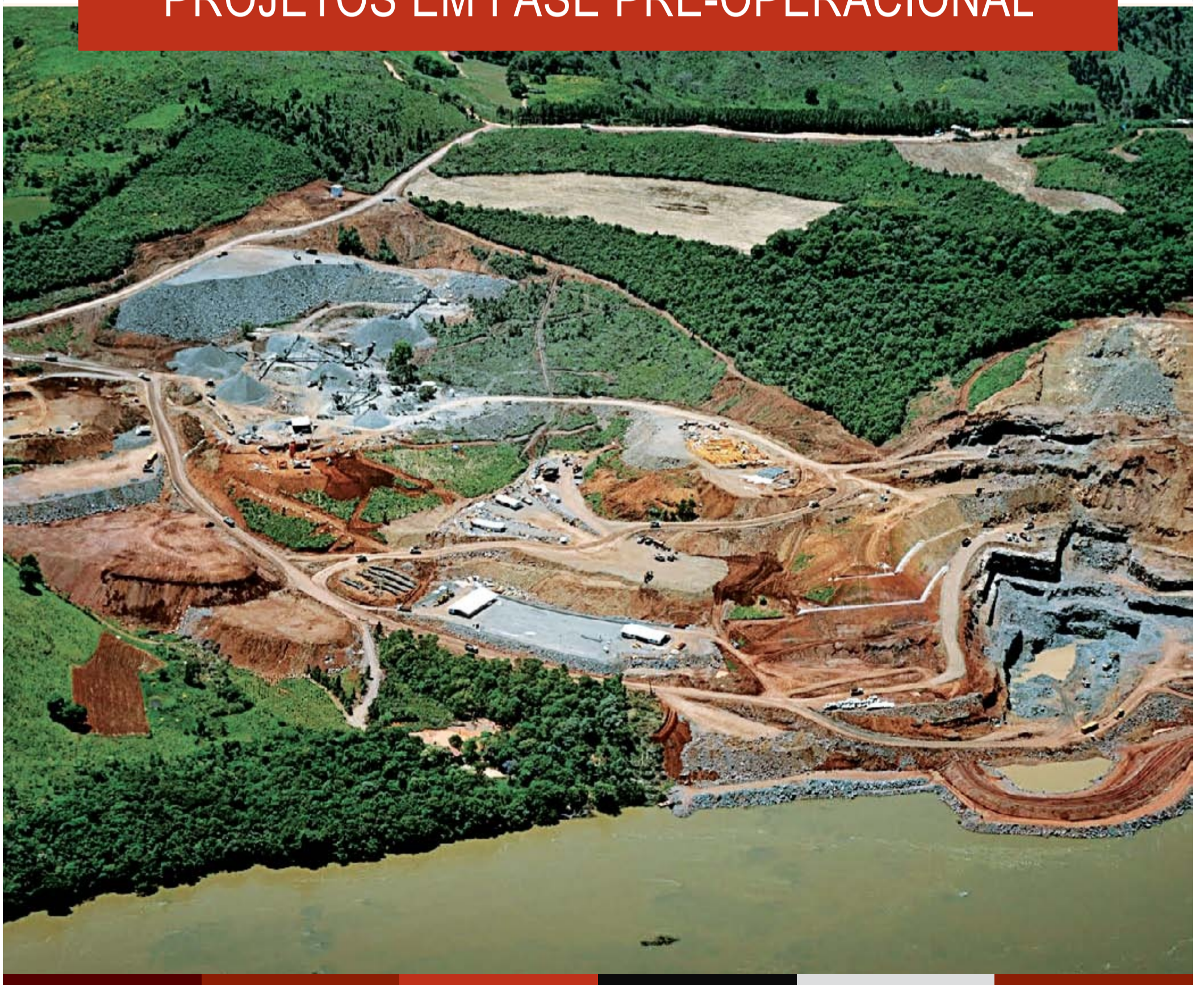
Triunfo

RIO VERDE

MAESTRA E RIO CANOAS



PROJETOS EM FASE PRÉ-OPERACIONAL



Maestra
NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA



Triunfo
RIO CANOAS



Triunfo

PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS

Grandes desafios. Soluções inteligentes.



TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. | CNPJ/MF nº 03.014.553/0001-91
Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 142/143 – São Paulo-SP | www.triunfo.com



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011

1. Aos acionistas:

É com grande satisfação que apresentamos, para Vossa apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Companhia”) relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, ajustado às práticas contábeis vigentes, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes. Os demais documentos produzidos pela Triunfo para serem discutidos na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 27 de abril de 2011, na sede da Companhia, estão disponíveis no website (www.triunfo.com/ri) e na sede da Companhia.

2. Apresentação

A Triunfo Participações e Investimentos é uma das principais empresas brasileiras do setor de infraestrutura, com sólida atuação nos segmentos de concessão rodoviária, administração portuária, cabotagem e geração de energia. Está listada desde 2007 no Novo Mercado, o mais alto nível de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo – BM&FBOVESPA. Está presente no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Goiás e emprega cerca de 2.500 colaboradores diretos.

No setor de concessões rodoviárias, a Companhia administra três concessionárias de rodovias: a Econorte, no Paraná, a Concepa no Rio Grande do Sul e a Concer no Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ao todo são 641 quilômetros de rodovia.

A Triunfo foi uma das primeiras empresas a assumir a concessão de uma rodovia no país, em 1995 e atualmente figura como uma das empresas de maior expressão nesse segmento, tanto em número de quilômetros administrados, quanto em receita e volume de tráfego.

No setor de administração portuária, atua através da Portonave, empresa da qual detém 50% de participação. A Portonave está localizada em Navegantes, Santa Catarina, e é o terminal portuário mais moderno do país, tendo iniciado suas operações em outubro de 2007, movimentando carga própria e de terceiros.

Atualmente, a Portonave é o terminal que mais movimentou contêineres em Santa Catarina, segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ – e já figura entre os três maiores do país. Em 2011, a Portonave, foi listada entre os seis melhores operadores portuários do mundo, pela premiação Lloyd's List Awards, Global 2011, considerado o principal prêmio do setor marítimo. O Terminal foi o único representante brasileiro na categoria Operador Portuário.

Além do terminal, a Portonave controla a Iceptort, uma *trading company* que é responsável pela movimentação de carga própria e que também opera uma câmara frigorífica com capacidade para estocar 16 mil toneladas de carga congelada. Do total da receita gerada pela Portonave, cerca de 40% é referente à operação de carga própria da Iceptort.

Em 2011, a Triunfo iniciou operação no segmento de navegação de cabotagem através da Maestra Navegação e Logística, com participação de 58,5%. A operação da Maestra conta com quatro navios full contêineres que fazem o transporte de cargas entre os principais portos da costa brasileira. A rota operacional da Maestra vai de Navegantes até Manaus, com escalas semanais nos terminais de Santos (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e Suape (PE). Em novembro desse ano, a Triunfo fechou uma joint venture com a Nippon Yusen Kaisha – NYK. Na parceria, o armador japonês, ficou com participação de 10% no negócio de cabotagem da companhia.

No setor de geração de energia, a Rio Verde, empresa 100% controlada pela Triunfo, tem a concessão da Usina Hidrelétrica Salto, em Goiás, com capacidade instalada de 116 MW. A Rio Verde iniciou operação comercial em maio de 2010 e tem 100% da energia assegurada já vendida para a Votener, empresa do Grupo Votorantim. Em 2011, a Rio Verde Energia foi autorizada pela ANEEL a aumentar a energia assegurada em 4MW, passando de 63,8MW para 67,8MW.

Dentre os projetos em fase de implantação está a Rio Canoas, criada em julho de 2010 para operar a concessão da Usina Hidrelétrica Garibaldi, em Santa Catarina. O empreendimento está em fase de construção, terá capacidade instalada de 191,9 MW e iniciará operação até outubro de 2014. Em dezembro de 2011, Triunfo firmou parceria com ALL – América Latina Logística e Vetorial Mineração para criar a Vetria Mineração. A Vetria atuará na extração, transporte e comercialização de minério de ferro proveniente do Maciço do Urucum em Cumbulândia (MS), via porto de Santos (SP). A nova empresa, que já possui uma mina operacional, terá capacidade logística ferroviária garantida em contrato de transporte de longo prazo, além da exportação do produto por meio de um terminal portuário próprio, a ser instalado em Santos. Em 2012, reforçando mais uma vez seu pioneirismo, a Triunfo venceu o leilão para operar por 30 anos o Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, através de uma parceria com a UTC Participações e a Egis Airport Services. A assinatura do contrato deverá ocorrer em maio de 2012, com início da operação previsto para setembro desse mesmo ano. Também em 2012, a Companhia comprou um terminal portuário em Manaus (AM). Esse será o terceiro porto portuário do grupo.

A Triunfo foca seu trabalho na busca de negócios gerados pelo avanço e pelo aprimoramento da infraestrutura nacional, procurando sempre expandir sua área de atuação, observando o adequado retorno financeiro aos seus acionistas.

As principais companhias nas quais a Triunfo detém participação acionária estão listadas a seguir:

Empresa	Segmento	Estado	Participação (%)
Concepa	Rodoviário	RS	100
Concer	Rodoviário	RJ-MG	62,5
Econorte	Rodoviário	PR	100
Rio Bonito	Rodoviário	RJ-MG	62,5
Rio Guaíba	Rodoviário	RS	100
Rio Tibagi	Rodoviário	PR	100
Portonave	Portuário	SC	50
Portonave	Portuário	AM	100
Santa Rita	Portuário	SP	100
Maestra	Logística	SP	58,5
NTL	Logística	SP	58,5
Vessel	Logística	SP	58,5
Rio Canoas	Geração de Energia	SC	100
Rio Verde (I)	Geração de Energia	GO	100

Em 31 de dezembro de 2011 a participação na controlada Rio Verde encontrava-se destinada à venda.

Desempenho Operacional

Os dados apresentados nessa seção referem-se a 100% dos negócios.

Segmento rodoviário

A Triunfo está entre as mais importantes companhias do setor de concessões rodoviárias do país. As rodovias que opera estão localizadas nos Estados de Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A Companhia opera cerca de 641 quilômetros de rodovias.

Na tabela a seguir apresentamos os principais dados das Concessões Rodoviárias:

Concessionária	Rodovia	Estado	Extensão Administrada	Data da Concessão	Término da Concessão
Concepa	BR-290	RS	121,0 km	04/07/1997	jul/17
Concer	BR-040	RJ/MG	180,6 km	31/10/1995	out/20
Econorte	BR-369, PR-323, PR-445, PR-090, BR-153, BR-470	PR	340,8 km	14/11/1997	nov/21
Total			642,4 km		

Tráfego de nossas rodovias (+8,4%)

Analisando o desempenho acumulado de 2011 observa-se um acréscimo de 8,4% no volume de tráfego em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 76.940 mil veículos equivalentes. Neste mesmo período, nossas concessionárias Concer, Concepa e Econorte, apresentaram crescimento individual de 10,6%, 8,2% e 4,6%, respectivamente. A tarifa média efetiva verificada em 2011 foi de R\$6,92, 4,5% maior que a tarifa média efetiva apresentada em 2010. O crescimento de 8,4% no tráfego de veículos em nossas concessionárias, em 2011, equivaleté a três vezes o crescimento do PIB. O aumento no número de veículos licenciados no Rio de Janeiro/Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, regiões onde atuamos, foi de 8,6%, 7,0% e 4,0%, respectivamente, reflexo do crescimento da economia brasileira e da melhora na distribuição de renda da população.

	2010	2011	Δ
Tráfego equivalente total	70.985	76.940	8,4%
Tarifa média efetiva	6,62	6,92	4,5%
CONCER	26.629	29.460	10,6%
Tarifa média efetiva	7,18	7,37	2,6%
Participação no tráfego total	37,5%	38,3%	0,8 p.p
Veículos pesados (mil)	13.441	15.223	13,3%
Participação no tráfego total	18,9%	19,8%	0,9 p.p
Veículos leves (mil)	13.188	14.237	7,9%
Participação no tráfego total	18,6%	18,5%	-0,1 p.p
CONCEPA	30.416	32.901	8,2%
Tarifa média efetiva	4,95	5,25	6,0%
Participação no tráfego total	42,8%	42,8%	-0,1 p.p
Veículos pesados (mil)	14.518	15.286	5,3%
Participação no tráfego total	20,5%	19,9%	-0,6 p.p
Veículos leves (mil)	15.898	17.615	10,8%
Participação no tráfego total	22,4%	22,9%	0,5 p.p
ECONORTE	13.940	14.579	4,6%
Tarifa média efetiva	9,19	9,81	6,7%
Participação no tráfego total	19,6%	18,9%	-0,7 p.p
Veículos pesados (mil)	8.985	9.570	6,5%
Participação no tráfego total	12,7%	12,4%	-0,2 p.p
Veículos leves (mil)	4.955	5.009	1,1%
Participação no tráfego total	7,0%	6,5%	-0,5 p.p

Segmento Portuário:

Portonave:

O Terminal Portuário de Navegantes movimentou 545.158 TEUs em 2011, o que representa uma redução de 6,4% em volume de movimentação quando comparado ao mesmo período de 2010. A queda na movimentação de contêineres verificada em 2011 está atrelada a (i) efeitos da crise mundial que afetou o comércio internacional; e (ii) problemas climáticos ocorridos no terceiro trimestre de 2011 que paralisaram a operação do terminal por 11 dias, essa paralisação corresponde a 3,0% do total de dias em que terminal operou em 2011.

No comparativo da tarifa média efetiva por TEU, observamos um aumento de 8,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$211,95/TEU, principalmente em razão do mix de serviços ofertados. Neste período observou-se que 69,0% dos serviços prestados corresponderam à movimentação de caixas cheias, enquanto 31,0% referiam-se a caixas vazias. Apesar da queda de movimentação, na comparação dos períodos, a receita apresentada pela Portonave aumentou 19,9%, principalmente, em virtude do aumento da importação na composição do mix de movimentação. Em 2011, a importação representou um total de 53% do total de contêineres movimentados pela Portonave.

Vale ressaltar que, além da receita de movimentação de contêineres, outras receitas como armazenagem, scanner, aluguel de tomadas reefer e taxas de ISPS code também são consideradas na composição da receita da Portonave.

	Portonave	2010	2011	Δ
TEUs - Twenty equivalent unity		582.137	545.158	-6,4%
Tarifa média efetiva (R\$/TEU)		195,03	211,95	8,7%
Caixas movimentadas - total		348.920	336.197	-3,6%
Caixa - Vazia (movimento no cais)		107.627	104.306	-3,1%
Caixa - Cheia (movimento no cais)		241.293	231.891	-3,9%

Iceptort:

Após a retomada integral da operação da câmara frigorífica, a movimentação in-out, na Iceptort foi de 112.474 toneladas enquanto a armazenagem foi de 161.669 toneladas. Na trading company, responsável pela movimentação de carga própria da Portonave, a movimentação foi de 1.292 toneladas de carga, 123,9% maior que no ano anterior.

As operações da câmara frigorificada da Iceptort ficaram paralisadas ao longo de 2010 e, apesar de terem sido retomadas em fevereiro de 2011, a sua rentabilidade só pôde ser verificada após junho desse ano. Vale ressaltar que preços de seguros e outros serviços prestados pela Iceptort também entram na composição da receita dessa subsidiária que serão analisados na seção de desempenho financeiro da Companhia.

	Iceptort	2010	2011	Δ
Movimentação (in-out) (ton)		-	112.474	-
Giro médio		-	0,35	-
Tarifa Média (R\$/Ton/mov)		-	13,70	-
Trading (ton)		577	1.292	123,9%
Tarifa média (R\$/ton)		78.190,15	94.621,33	21,0%
Armazenagem (Ton)		-	161.669	-
Tarifa média (R\$/ton)		-	16,93	-

Geração de energia:

Em 2011 o total de energia assegurada gerada e vendida a Votener foi de 544.664 MWh. É importante lembrar que em agosto de 2011 a Rio Verde Energia foi autorizada pela ANEEL a aumentar a energia assegurada em 4MW, passando de 63,8MW para 67,8MW. Essa energia adicional foi vendida para a Votener nas mesmas condições e preços do contrato de venda de energia firmado em 2007.

A energia total gerada pela UHE Salto foi de 683.575 MWh, superando a garantia física anual de 593.928, Mwh, acumulando um

excedente de geração de 89.647 MWh. O índice de disponibilidade médio da UHE Salto, que mede a eficiência da usina, ao longo de 2011 foi de 98,84%.

	Rio Verde Energia	2010	2011	Δ
Energia Assegurada Gerada (MWh)		251.117	544.664	116,9%
Tarifa Média (R\$ / MWh)		151,24	160,10	5,9%

Desde o último trimestre de 2009 a Companhia vem sendo procurada por importantes entidades do mercado com relevantes propostas de novos projetos que vão ao encontro de seus interesses e estratégias. Dadas essas novas oportunidades e a previsão de recursos para frente a esse investimentos, a Administração da Triunfo tomou a decisão de aliar a participação na controlada Rio Verde.

Durante os anos de 2010 e 2011, a Companhia manteve negociações de venda sendo efetuado processo de “due diligence” e, por ocasião de acontecimentos e circunstâncias fora do controle da entidade, o processo ainda encontra-se em fase de negociação. Cabe ressaltar que a mesma continuação comprometida com seu plano de venda do investimento na controlada Rio Verde. Diante disso, cumprindo com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve o investimento na controlada Rio Verde na rubrica “Participações a comercializar” nas demonstrações financeiras individuais e segregado entre “Ativos e Passivos de Participações a comercializar” nas demonstrações financeiras consolidadas.

Cabotagem:

No segmento de cabotagem a Maestra, empresa criada para atuar no segmento de cabotagem, iniciou a operação do primeiro navio, o Maestra Atlântico, em maio de 2011.

Ao longo de 2011 apenas o Maestra Atlântico operou, de maio a dezembro, enquanto o Maestra Mediterrâneo passou por alguns ajustes e os outros dois navios, Maestra Caribe e Maestra Pacifico, passaram pelo processo de refração e só iniciaram a operação em dezembro de 2011. Desta forma o desempenho acumulado no ano, operando com um navio, foi de 10.253 TEUs.

Desempenho da Companhia no Exercício

Os dados apresentados nessa seção referem-se à participação da Triunfo em cada negócio.

Receita Operacional Bruta (+27,4%)

Nossa receita operacional bruta consolidada no ano de 2011 foi de R\$756.868, um aumento de 27,4% quando comparado com 2010.

	2011	2010	Δ
Receita Operacional Bruta	756.868	594.054	27,4%
Arrecadação de Pedágio	451.196	398.206	13,3%
Receita de Construção	94.655	64.983	45,7%
Operação de Carga Própria	61.069	22.681	169,3%
Operação de Carga de Terceiros	124.185	103.553	19,9%
Operação de Cabotagem	20.923	-	-
Outras Receitas	4.840	4.631	4,5%

Receita Operacional Líquida (+27,4%)

As deduções da receita operacional bruta consolidada no ano de 2011 totalizaram R\$61.451 e representam um aumento de 27,5% quando comparadas com o mesmo período de 2010.

	2011	2010	Δ
Deduções da Receita Bruta	(61.451)	(48.181)	27,5%
Receita Operacional Líquida	695.417	545.873	27,4%
Receita de Construção	94.655	64.983	45,7%
Receita Operacional Líquida Ajustada	600.762	480.890	24,9%

Os principais fatores de aumento da receita operacional líquida foram:

O tráfego de nossas rodovias apresentou um crescimento de 8,4% e a tarifa média efetiva aumentou 4,5%. A composição desses fatores gerou um incremento de aproximadamente R\$48 milhões na receita líquida consolidada.

As operações com carga própria na Portonave, realizadas através da Iceptort, apresentaram um crescimento de 173,9%, um incremento de aproximadamente R\$37 milhões na receita líquida consolidada quando comparado a 2010.

Apesar da queda de movimentação, na comparação dos períodos, a receita apresentada pela Portonave aumentou em R\$17 milhões, 19,9%, na comparação dos períodos, principalmente, em virtude do aumento da importação na composição do mix de movimentação. Em 2011, a importação representou um total de 53% do total de contêineres movimentados pela Portonave. O início da operação da Maestra, no segmento de cabotagem, representou um incremento de cerca de R\$17 milhões na receita líquida consolidada.

Como efeito da adoção dos novos pronunciamentos contábeis foram reconhecidos os montantes de R\$94.655 em 2011 e de R\$64.983 em 2010 referentes a receitas de construção nas concessionárias de rodovias. Essa receita é reconhecida contra o ativo intangível e representa o direito de arrecadação de pedágio nos próximos exercícios e que será amortizada pela curva de ativo. Custos Operacionais (+42,9%)

Os principais itens que compõem os custos operacionais da Triunfo são: os gastos de operação e manutenção das rodovias, operação portuária e cabotagem, além de gastos com pessoal ligados à operação dos nossos negócios. Os gastos com depreciação e amortização serão apresentados separadamente.

	2011	2010	Δ
Custos Operacionais	(300.595)	(210.365)	42,9%
Operação, manutenção e conservação da rodovia (serviços)	(58.760)	(59.644)	-1,5%
Custo de Construção	(94.655)	(64.983)	45,7%
Operação Portuária - Portonave	(17.326)	(14.099)	22,9%
Operação Portuária - Iceptort	(52.657)	(21.567)	144,2%
Operação de Energia	-	-	-
Operação de Cabotagem	(20.421)	-	-
Custo com pessoal	(45.152)	(37.066)	21,8%
Obrigações da concessão	(11.624)	(13.006)	-10,6%

Os custos operacionais totalizaram R\$298.085 em 2011, representando um aumento de 41,7% quando comparados ao ano de 2010. Os principais fatores que contribuíram para o aumento nos custos operacionais foram:

O aumento dos custos com operação portuária, principalmente em decorrência do crescimento da operação de trading e da retomada da operação da câmara frigorificada. Em 2011, o custo de operação portuária da Iceptort foi de R\$57.726 frente a R\$21.567 apresentado em 2010. Além desse fator, o custo com a operação portuária segue o crescimento de receita e engloba basicamente o consumo de combustível, energia elétrica e a manutenção dos equipamentos. Com entrada em operação da Maestra o segmento de cabotagem foi responsável por aproximadamente R\$18 milhões do custo operacional total.

O aumento nos custos com pessoal deu-se principalmente pela entrada em operação da Maestra que foi responsável por aproximadamente R\$4,9 milhões desse aumento. Se excluirmos o efeito dessa contratação o aumento dos custos com pessoal seria de 8,6%. Os custos com pessoal dos segmentos rodoviário e portuário ficaram em linha com o aumento da operação.

As receitas e custos de construção de ativos de concessões de rodovias são reconhecidas pelos montantes aplicados na realização de obras de melhoria e ampliação na infraestrutura da rodovia, que seguem o cronograma previsto no PER (Programa de Exploração da Rodovia) firmado entre o poder concedente e as concessionárias.

Despesas Operacionais (+61,3%)

As despesas operacionais são representadas pelas despesas com instalações e serviços administrativos e de consultoria, pelos gastos com pessoal, remuneração da administração e do pessoal de apoio administrativo, além de outras receitas e despesas extraordinárias. Os gastos com a depreciação e amortização serão apresentados separadamente.

	2011	2010	Δ
Despesas Operacionais	(109.635)	(67.979)	61,3%
Despesas gerais e administrativas	(52.948)	(41.201)	28,5%
Remuneração dos administradores	(15.127)	(11.825)	27,9%
Despesas com pessoal	(35.684)	(25.947)	37,5%
ganho na diluição de participação – Cabotagem	8.800	-	-
Despesas de seguros – Iceptort	717	9.038	-92,1%
Despesas de ociosidade – Cabotagem	(16.243)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	850	1.956	-56,5%

Em 2011 as despesas operacionais apresentaram um aumento de 61,3%, em relação a 2010.

Os principais fatores que contribuíram para o aumento nas despesas operacionais foram: O aumento das despesas gerais e administrativas com a entrada em operação da cabotagem, que representou um acréscimo de R\$3,5 milhões de 2010 para 2011, além de uma despesa não recorrente na Econorte, no montante de R\$3,3 milhões, referente ao serviço de assessoria para fomentar subsídios à prorrogação do contrato de concessão O aumento na remuneração dos administradores e despesas com pessoal com o início das operações de cabotagem e de Rio Canoas.

Ganhos auferidos com a diluição da participação na cabotagem de 65% para 58,5%.

Despesas com serviços e materiais de manutenção e reparos, combustíveis e custos portuários classificados como despesas de ociosidade até que o serviço de cabotagem entre em plena capacidade de operação.

Depreciação e Amortização (+9,0%)

	2011	2010	Δ
Depreciação e Amortização	(154.830)	(142.265)	8,8%

A depreciação e amortização apresentou um aumento de 8,8%, principalmente em decorrência (i) de R\$6,4 milhões de aumento na amortização dos investimentos nas rodovias decorrente do aumento na curva de tráfego; (ii) do aumento de R\$4,9 milhões na depreciação de ativos de cabotagem.

Resultado Financeiro Líquido (+52,1%)

O resultado financeiro está representado pelos juros, correções monetárias e remunerações pagas aos credores da Companhia, ajustados pelas receitas financeiras e pelo resultado de variação cambial do financiamento contratado pela Portonave junto a GE Capital, aplicado na construção do Terminal Portuário de Navegantes. A Companhia avança opções de hedge para essa operação, levando sempre em consideração o hedge natural presente na operação da Portonave, uma vez que quase metade da receita está indexada à moeda americana.

	2011	2010	Δ
Resultado Financeiro	(127.744)	(84.014)	52,1%
Receitas financeiras	14.806	6.432	130,2%
Despesas Financeiras	(127.197)	(94.293)	34,9%
Variação cambial, líquida	(15.353)	3.847	n/c

Em 2011, o resultado financeiro foi impactado pela variação cambial. O dólar americano fechou 2011 cotado a R\$1,8665, frente a uma cotação de R\$1,6662, no final de 2010. A variação cambial correspondeu a 22,9% da variação do resultado financeiro O aumento de 34,9% nas despesas financeiras está relacionado aos custos de captação e estruturação de novas dívidas e a despesa financeira correspondeu a 39,1% da variação do resultado financeiro.

Durante o exercício de 2011 a Companhia realizou importantes captações para fazer frente aos seus projetos de expansão que somaram aproximadamente R\$ 80 milhões, sendo R\$ 180 milhões referentes a 3ª emissão de debêntures da Triunfo, para o financiamento do equity da Rio Canoas; R\$ 80 milhões referentes a 1ª emissão de debêntures da Maestra, para aquisição do Maestra Pacifico e finalização das reformas do Maestra Atlântico e do Maestra Pacifico, R\$ 50 milhões referentes ao financiamento junto ao Votorantim, para aquisição do Maestra Caribe e capital de giro para o start up do projeto, R\$ 120 milhões referentes a 2ª emissão da Econorte, principalmente para alongamento e redução do custo da dívida da controlada, melhorando, assim nosso perfil de endividamento e, R\$ 150 milhões referentes a 1ª emissão de debêntures da Rio Canoas, aplicadas na implantação da UHE Garibaldi e que servirá de ponte para o financiamento de longo prazo junto ao BNDES. Com o êxito do refinanciamento da dívida na Econorte, que serviu para alongamento da dívida e redução do custo, todos os demais captções estão ligadas a projetos em implantação dentro da estratégia de crescimento da Triunfo e serão amortizados no longo prazo, adequados ao fluxo de caixa gerado pelos novos projetos.



Balancos patrimoniais	Nota	Controladora - BRGAAP		Consolidado - IFRS	
ATIVO	explicativa	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.241	2.952	141.937	60.689
Aplicações financeiras vinculadas	5	26.523	25.130	55.533	39.327
Contas a receber de clientes	6	-	-	45.402	27.969
Indenizações de seguro a receber	-	-	-	-	3.721
Adiantamento a fornecedores	-	1.239	74	34.330	14.017
Impostos a recuperar	7	6.066	3.763	8.071	5.879
Contas a receber - partes relacionadas	9	24.942	5.448	2.736	26
Participações à comercializar	10	260.544	259.475	-	-
Despesas de exercícios seguintes	11	121	143	4.324	5.558
Outros créditos	-	83	35	5.100	8.988
Total do ativo circulante		333.759	297.020	297.433	166.174
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Aplicações financeiras vinculadas	5	-	-	50	3.527
Contas a receber de clientes	6	-	-	957	-
Créditos tributários diferidos	8	-	-	33.212	16.974
Contas a receber - partes relacionadas	9	71.390	114.911	9.642	-
Despesas de exercícios seguintes	11	-	-	1.875	-
Depósitos judiciais	-	149	13	1.429	1.183
Impostos a recuperar	7	-	-	2.310	877
Outros créditos	-	-	-	29	30
Investimentos:		71.539	114.924	49.504	22.591
Em controladas e equiparadas	12	1.374.556	1.221.029	-	-
Outros investimentos	-	-	-	35	21
Imobilizado	13	10.704	8.503	1.236.201	1.005.782
Intangível	14	65.456	44.518	1.171.563	1.130.085
Total do ativo não circulante		1.450.716	1.274.050	2.407.799	2.135.888
Total do ativo		1.522.255	1.388.974	2.457.303	2.158.479
Ativos de operações descontinuadas	10	-	-	648.951	690.961
TOTAL DO ATIVO		1.856.014	1.685.994	3.403.687	3.015.614

Balancos patrimoniais	Nota	Controladora - BRGAAP		Consolidado - IFRS	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	explicativa	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE					
Fornecedores	-	568	668	57.647	38.628
Empréstimos e financiamentos	16	4.726	44.604	118.331	137.551
Debêntures	17	35.144	33.273	216.951	42.382
Provisão para manutenção	15	-	-	6.096	5.736
Salários, provisões e contribuições sociais	-	958	945	13.025	9.183
Impostos, taxas e contribuições	18	89	114	23.522	12.352
Adiantamento de clientes	-	-	-	1.495	11.944
Dividendos propostos	23 b)	2.133	7.413	10.399	7.413
Contas a pagar - partes relacionadas	9	39.070	96	5.589	3.954
Contratos de aquisição de ativos	20	21.498	30.916	21.498	30.916
Arrendamento mercantil	33	58	-	6.349	-
Outros débitos	-	4.233	2.357	14.767	5.218
Total do passivo circulante		108.477	120.386	495.769	305.277
NÃO CIRCULANTE					
Exigível a longo prazo:					
Provisão para manutenção	15	-	-	26.713	18.041
Empréstimos e financiamentos	16	23.552	13.328	215.334	244.502
Debêntures	17	346.331	181.443	500.972	204.252
Impostos, taxas e contribuições	18	-	18	4.501	6.245
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	366.477	391.015
Receitas diferidas, líquidas	21	-	-	8.908	4.644
Provisão para demandas judiciais e administrativas	22	-	-	720	1.015
Provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	12	6.771	-	-	-
Arrendamento mercantil	33	91	-	18.486	-
Contratos de aquisição de ativos	20	10.250	-	10.250	-
Outros débitos	-	-	-	6.608	1.622
Total do passivo não circulante		386.995	194.789	1.158.969	871.336
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23				
Capital social	-	512.979	512.979	512.979	512.979
Reservas de capital	-	(6.566)	3.380	(6.566)	3.380
Reservas de lucros	-	146.331	78.844	146.331	78.463
Resultados abrangentes	-	707.798	775.616	707.798	775.616
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	37.077
Total do patrimônio líquido		1.360.542	1.370.819	1.360.542	1.407.515
Passivos de operações descontinuadas	10	-	-	388.407	431.486
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.856.014	1.685.994	3.403.687	3.015.614

Demonstrações dos resultados	Nota explicativa	Controladora - BRGAAP		Consolidado - IFRS	
		2011	2010	2011	2010
Operações em continuidade					
Receita operacional líquida	24	-	-	695.417	545.873
Custos dos serviços prestados					
Operação, manutenção e conservação de rodovias	-	-	-	(58.760)	(59.644)
Custo de construção	-	-	-	(94.655)	(64.983)
Operação portuária	-	-	-	(69.983)	(35.666)
Operação de cabotagem	-	-	-	(17.911)	-
Custo com pessoal	-	-	-	(45.152)	(37.066)
Depreciação do imobilizado (custo)	-	-	-	(9.401)	(9.139)
Depreciação do imobilizado (mais valia)	-	-	-	(29.055)	(27.931)
Amortização do intangível (custo)	-	-	-	(49.358)	(46.774)
Amortização do intangível (mais valia)	-	-	-	(50.906)	(48.240)
Remuneração do poder concedente	-	-	-	(11.624)	(13.006)
	-	-	-	(436.805)	(342.449)
Lucro bruto		-	-	258.612	203.424
Receitas (Despesas) operacionais	-	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	-	(9.804)	(8.379)	(52.948)	(41.201)
Remuneração dos administradores	27	(8.993)	(6.526)	(15.127)	(11.825)
Despesas com pessoal	-	(6.357)	(7.009)	(35.684)	(25.947)
Depreciação do imobilizado (custo)	-	(474)	(497)	(8.950)	(2.997)
Depreciação do imobilizado (mais valia)	-	-	-	(3.482)	(3.661)
Amortização do intangível	-	(2.447)	(2.414)	(3.678)	(3.523)
Resultado de equivalência patrimonial	12	78.258	86.690	-	-
Ganho na diluição de participação	12	8.800	-	8.800	-
Despesas de ociosidade - Cabotagem	-	-	-	(16.243)	-
Receitas de seguros - Iceport	-	-	-	717	9.038
Outras receitas operacionais	-	386	727	850	1.956
	-	59.369	62.592	(125.745)	(78.160)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		59.369	62.592	132.867	125.264
Resultado financeiro	29	-	-	-	-
Receitas financeiras	-	16.484	9.262	14.806	6.432
Despesas financeiras	-	(54.051)	(39.396)	(127.197)	(94.293)
Varição cambial, líquida	-	-	-	(15.353)	3.847
	-	(37.567)	(30.134)	(127.744)	(84.014)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		21.802	32.458	5.123	41.250
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-
Correntes	28	-	-	(51.017)	(36.815)
Diferidos	28	-	-	48.521	20.514
	-	-	-	(2.496)	(16.301)
Lucro líquido das operações em continuidade		21.802	32.458	2.627	24.949
Operações descontinuadas					
Lucro após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	10 e 12	-	-	8.261	5.723
Lucro líquido do exercício		21.802	32.458	10.888	30.672
Atribuível aos:					
Acionistas controladores	-	21.802	32.458	22.363	33.985
Acionistas não controladores	-	-	-	(11.475)	(3.313)
Quantidade de ações (lotes de mil)		146.000	146.000		
Lucro básico por lote de mil ações (em reais)	23 e)	0,14933	0,2223		
Lucro diluído por lote de mil ações (em reais)	23 e)	0,14929	0,2223		

A Companhia não possui outros resultados abrangentes que devam ser apresentados nesta demonstração do resultado. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (controladora)	Reserva de Lucros				Resultados abrangentes				Adiantamentos para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido e adiantamentos para futuro aumento de capital
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Reserva de reavaliação reflexa	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucro (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	461.947	592	-	10.135	306.897	530.711	-	1.310.282	43.053	1.353.335
Adiantamento para futuro aumento de capital										
Realização da reserva de reavaliação reflexa	-	-	-	-	(39.176)	-	39.176	-	-	9.173
Realização do ajuste ao custo atribuído	-	-	-	-	-	(22.816)	22.816	-	-	-
Aumento de capital - RCA 19/01/10	51.032	1.194	-	-	-	-	-	52.226	(52.226)	-
Plano de opção de ações	-	1.594	-	-	-	-	-	1.594	-	1.594
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(18.328)	(18.328)	-	(18.328)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	32.458	32.458	-	32.458
Destinações:										
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	-	67.086	-	-	(67.086)	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	1.623	-	-	-	(1.623)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(7.413)	(7.413)	-	(7.413)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	512.979	3.380	1.623	77.221	267.721	507.895	-	1.370.819	-	1.370.819
Realização da reserva de reavaliação reflexa										
Realização do ajuste ao custo atribuído	-	-	-	-	(42.661)	-	42.661	-	-	-
Plano de opção de ações	-	2.145	-	-	-	-	-	2.145	-	2.145
Ágio em transações de capital	-	(12.091)	-	-	-	-	-	(12.091)	-	(12.091)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)	-	(20.000)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	21.802	21.802	-	21.802
Destinações:										
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	-	66.397	-	-	(66.397)	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	1.090	-	-	-	(1.090)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(2.133)	(2.133)	-	(2.133)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	512.979	(6.566)	2.713	143.618	225.060	482.738	-	1.360.542	-	1.360.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (consolidado)	Reserva de Lucros				Resultados abrangentes				Adiantamentos para futuro aumento de capital	Participação de não controladores no Patrimônio líquido de controladores	Patrimônio líquido Consolidado	
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Reserva de reavaliação reflexa	Ajuste ao custo atribuído reflexo	Lucro (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	461.947	592	-	8.227	306.897	530.711	-	1.308.374	43.053	1.351.427	37.625	1.389.052
Adiantamento para futuro aumento de capital												
Realização da reserva de reavaliação reflexa	-	-	-	-	(39.176)	-	39.176	-	-	-	-	-
Realização do ajuste ao custo atribuído	-	-	-	-	-	(22.816)	22.816	-	-	-	-	-
Aumento de capital - RCA 19/01/10	51.032	1.194	-	-	-	-	-	52.226	(52.226)	-	-	-
Plano de opção de ações	-	1.594	-	-	-	-	-	1.594	-	1.594	-	1.594
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(18.328)	(18.328)	-	(18.328)	-	(18.328)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	33.985	33.985	-	33.985	(3.313)	30.672
Destinações:												
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	-	68.613	-	-	(68.613)	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	1.62									



Demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	21.802	32.458	22.363	33.985
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades aplicadas nas atividades operacionais	-	-	17	(22)
Provisão de devedores duvidosos	-	-	(48.521)	(20.514)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	474	497	50.888	43.728
Depreciação do imobilizado	3.177	3.55	101.550	95.014
Amortização do intangível	2.392	2.0	3.508	37.373
Baixa de ativo imobilizado e intangível	2.392	2.414	2.392	3.523
Amortização do ágio sobre investimentos	48.238	29.943	117.613	64.419
Variações monetárias de empréstimos, financiamentos e debêntures	(8.547)	(8.361)	(4.048)	-
Variações monetárias de contratos com empresas ligadas, operações não comerciais	-	-	(295)	(10.557)
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	2.145	1.594	2.145	1.594
Pagamento baseado em ações	(78.258)	(86.690)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(372)	-
Apropriação de receitas diferidas, líquidas	-	-	(11.475)	(3.313)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-
Participações destinadas a venda	-	-	(8.261)	(5.723)
Ganho na diluição de investimentos	(8.800)	-	(8.800)	-
Variações nos ativos e passivos	-	-	-	-
(Aumento) diminuição dos ativos	-	-	(18.407)	(5.495)
Contas a receber de clientes	(17.300)	-	(238)	(17.210)
Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	(2.303)	(812)	(3.625)	(632)
Impostos a recuperar	-	-	-	-
Despesas do exercício seguinte e outros valores a receber	(2.703)	(329)	(42.835)	(6.336)
Aumento (diminuição) dos passivos	-	-	-	-
Fornecedores	(100)	(112)	43.705	1.536
Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	-	-	1.635	1.663
Obrigações sociais e trabalhistas	13	56	3.842	2.236

Impostos, taxas e contribuições	(43)	(328)	22.239	(1.601)
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	51.017	36.815
Pagamento de imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(39.747)	(31.487)
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	12.126	1.788	7.212	16.970
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(27.632)	(27.862)	243.874	235.594
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Investimentos/Aquisições em controladas e coligadas	(174.473)	(44.119)	(16)	(11)
Recebimento da venda de ativo intangível	-	-	-	1.162
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	133.473	73.134	-	-
Aquisição de bens do imobilizado	(2.683)	(119)	(320.600)	(84.148)
Baixa de investimentos	-	2.677	-	-
Adições ao ativo intangível	(26.554)	(10.651)	-	(128.376)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(70.237)	20.922	(469.463)	(213.373)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Integralização de capital em dinheiro	-	7.979	-	7.979
Ágio na emissão de ações	-	1.194	-	1.194
Recebimento de adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(27.413)	(26.716)	(27.413)	(27.056)
Pagamentos para empresas ligadas, operações não comerciais	(18.899)	(69.318)	-	-
Reccebimentos de empresas ligadas, operações não comerciais	117.665	6.112	5.000	-
Juros recebidos de empresas ligadas, operações não comerciais	3.742	2.967	-	-
Juros pagos de empresas ligadas, operações não comerciais	(3.568)	-	-	-
Captações através de empréstimos, financiamentos e debêntures	195.942	238.998	693.906	404.658
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(102.177)	(134.764)	(131.866)	(318.666)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(56.134)	(19.035)	(92.789)	(49.601)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	109.158	7.417	306.837	18.508
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11.289	477	81.248	42.729
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do período	2.952	2.475	60.689	17.960
No fim do período	14.241	2.952	141.937	60.689
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11.289	477	81.248	42.729

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas	77.004	62.719	833.720	666.413
Vendas de serviços	-	-	657.373	529.071
Receitas de construção	-	-	94.906	64.983
Realização da reserva de reavaliação	67.818	61.992	67.818	61.992
Outras receitas	9.186	727	13.640	10.408
Provisão para devedores duvidosos	-	-	(17)	(41)
Insumos adquiridos de terceiros	(9.092)	(8.057)	(308.190)	(214.886)
Custos dos serviços prestados	-	-	(124.936)	(62.485)
Custos de construção	-	-	(94.655)	(64.983)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(9.092)	(8.057)	(88.599)	(85.740)
Outros custos operacionais	-	-	-	(1.678)
Valor adicionado bruto	67.912	54.662	525.530	451.527
Retenções	(2.921)	(2.911)	(154.830)	(142.265)
Depreciação e amortização	(2.921)	(2.911)	(154.830)	(142.265)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	64.991	51.751	370.700	309.262
Valor adicionado líquido recebido em transferência	94.742	95.952	14.806	6.432
Resultado de equivalência patrimonial	78.258	86.690	-	-
Receitas financeiras	16.484	9.262	14.806	6.432
Valor adicionado total a distribuir	159.733	147.703	385.506	315.694
Distribuição do valor adicionado	159.733	147.703	385.506	315.694
Pessoal e encargos	13.988	12.162	82.734	63.425
Remuneração direta	13.140	11.292	65.993	51.753
Benefícios	608	650	11.712	7.593
F.G.T.S.	240	220	3.602	3.407
Outras	-	-	1.427	672
Impostos, taxas e contribuições	1.534	1.461	45.082	94.560
Federais	1.483	1.420	14.516	69.093
Estaduais	3	5	3.024	1.499
Municipais	48	36	27.542	23.968
Remuneração do capital de terceiros	54.591	39.631	159.099	54.449
Juros	54.051	39.395	142.550	51.002
Aluguéis	540	236	8.343	1.497
Outras	-	-	8.206	1.950
Remuneração do poder concedente	-	-	11.624	13.006
Remuneração de capitais próprios	-	7.413	-	7.413
Compensação de prejuízos com a parcela da reserva de reavaliação realizada	67.818	61.992	67.818	61.992
Lucros de operações descontinuadas	-	-	8.261	5.723
Lucros retidos do exercício	21.802	25.044	22.363	11.813
Participação de acionistas não controladores	-	-	(11.475)	3.313

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Triunfo" ou "Companhia"), constituída através da ata de constituição de Sociedade por Ações em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla "TPIS".

a) Controladas e controladas em conjunto

Em 31 de dezembro de 2011 as participações relevantes da Triunfo, segregadas por segmento de negócios, são conforme segue:

(i) Concessionárias de rodovias

A Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer"), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora – Petrópolis – Rio de Janeiro (Trevo das Miséias), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-138/95-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 179,9 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 814,4 MG (bidirecional), km 45,5 RJ (bidirecional) e km 104 RJ (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão está previsto para 25 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

A Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa"), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-290/RS, trecho Osório – Porto Alegre, e o entroncamento da BR-116/RS (Guaíba), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-016/97-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 121 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 19,5 (sentido Porto Alegre – Osório), km 77,5 (bidirecional) e km 110,7 (sentido Osório – Porto Alegre). O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão está previsto para 20 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Conorte"), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, nos termos do Contrato de Concessão assinado com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR-071/97 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 340,8 km e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 0 da BR-369 (bidirecional), km 126 da BR-369 (bidirecional) e km 3 da BR-323 (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 14 de dezembro de 1997 e o prazo da concessão está previsto para 24 anos, podendo ser prorrogado conforme condições previstas no contrato de concessão.

A Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale") tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Sistema Rodoviário BR-470/SC, nos termos do Contrato de Concessão totaliza 488,1 km e até o momento a Ecovale encontra-se em fase pré-operacional, em razão da contestação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que discute a nulidade do contrato, conforme apresentado na nota explicativa nº 22, item b).

No caso de extinção das concessões, revertem ao poder concedente todos os bens transferidos para a administração das concessionárias, os bens reversíveis incorporados às rodovias durante as concessões e os direitos e privilégios decorrentes dessas, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessam, para as concessionárias, todos os direitos emergentes dos contratos. Em caso de extinção, as concessionárias serão indenizadas pelo valor contábil dos investimentos incorporados às concessões ainda não amortizados.

(ii) Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias

As controladas Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito"), Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba") e Rio Itajaí Serviços de Operações e Apoio e Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Itajaí") prestam serviços de socorro mecânico, socorro mecânico (guincho) e conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) às concessionárias de rodovias. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares aquelas que seriam realizadas com terceiros e são regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

(iii) Geração de energia elétrica

Rio Verde

A Rio Verde Energia S.A. ("Rio Verde") tem por objeto específico a implantação, a geração, a comercialização e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto ("UHE Salto"), localizada no Rio Verde, nos municípios de Iturumã e Caçu, no Estado de Goiás, nos termos do Contrato de Concessão assinado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 090/02, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogado mediante o cumprimento pela Companhia das condições estabelecidas pelo contrato de concessão.

A usina iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010, com capacidade total instalada de 116 MW conforme aprovação da ANEEL publicado no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 2009 e energia assegurada de 558.888 MWh/ano.

Em 19 de agosto de 2011, foi publicada em Diário Oficial da União, a Portaria nº 33, que autorizou o aumento de 4,0 MW na garantia física de energia da UHE Salto, totalizando a energia assegurada de 593.928 MWh/ano.

Após a conclusão do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passaram a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, paga à Rio Verde, dos investimentos realizados e ainda não amortizados. A Rio Verde possui um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica ("Power Purchase Agreement" ou "PPA") com a Votantim Comercializadora de Energia Ltda. ("Votener") do total da energia assegurada da usina Salto pelo prazo de 16 anos, correspondentes aos 558.888 MWh/ano, contados a partir do início da operação, ao preço inicial de R\$126,00 e final de R\$132,00 por MWh, reajustados com base na variação do IGP-M.

Durante o último trimestre de 2009 a Companhia foi procurada por importantes entidades do mercado com relevantes propostas de novos projetos que vão ao encontro de seus interesses e estratégias. Dadas essas novas oportunidades e a previsão de recursos para fazer frente a esses investimentos, a Administração da Triunfo tomou a decisão de aliar a participação na controlada Rio Verde.

Em 2011, a Companhia manteve negociações de venda sendo efetuado processo de "due diligence" e, por ocasião de acontecimentos e circunstâncias fora do controle da Administração da Companhia, o processo ainda encontra-se em fase de negociação. Cabe ressaltar que a mesma continua comprometida com seu plano de venda do investimento na controlada Rio Verde.

Diante disso, cumprido com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve o investimento na controlada Rio Verde na rubrica "Participações a comercializar" na demonstração financeira individual porém, segregado entre "Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas" nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

Rio Canoas

A Rio Canoas Energia S.A. ("Rio Canoas") tem por objeto específico a exploração do potencial de energia hidráulica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi ("UHE Garibaldi"), vendida pela Companhia em Leilão nº 03/2010, localizada no Rio Canoas, nos municípios de Cero Negro e Abdon Batista, no Estado de Santa Catarina, com potência instalada mínima de 177,9 MW. A Rio Canoas passou a ter o direito de exploração da UHE Garibaldi pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do contrato de concessão, sendo que, em Leilão nº 03/2010 da ANEEL, cerca de 70% da energia assegurada da Usina pelo prazo de 30 anos, a contar da data de início da geração da primeira turbina, que deverá ocorrer até outubro de 2014, pelo valor de R\$107,98 MWh. Em 14 de dezembro de 2010, foi assinado o contrato nº 03/2010 – MME – UHE Garibaldi, entre a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, e a Rio Canoas e publicado no Diário Oficial da União no dia 16 de dezembro de 2010. O contrato tem como objeto regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Canoas, denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi, cuja concessão foi outorgada por meio do Decreto de 09 de dezembro de 2010.

Os investimentos previstos necessários para colocar a Usina em operação são de aproximadamente R\$ 782.000'. A expectativa da Administração é que 65% dos recursos necessários para a implantação serão captados através de financiamento junto ao BNDES e outros agentes financeiros e o restante, inclusive aquisição de terrenos, por meio de capital próprio. Até 31 de dezembro de 2011 foram investidos o montante de R\$181.597, provenientes de recursos aportados pela Companhia.

Em 06 de janeiro de 2011, foi protocolado o pedido de enquadramento do projeto de implantação da Usina Hidrelétrica de Garibaldi, (i) Valor não examinado pelos Auditores Independentes.

para análise de viabilidade de apoio financeiro pelo BNDES, na modalidade de financiamento de longo prazo estruturado sob a forma de Project Finance Direto. Referido enquadramento foi deferido pelo BNDES em 15 de fevereiro de 2011 (correspondência 114/2011-BNDES-CEC) e encontra-se atualmente em fase final de análise no departamento técnico do BNDES.

O início da construção da UHE Garibaldi ocorreu no primeiro trimestre de 2011, com a expectativa de início de suas atividades operacionais em outubro de 2014 (1ª máquina - turbina), conforme prazo determinado pelo contrato de concessão. As demais máquinas estão previstas para entrar em suas atividades operacionais em novembro de 2014 (2ª máquina) e dezembro de 2014 (3ª máquina).

Em 2 de fevereiro de 2011, foi concedida à Companhia a Licença Ambiental de Instalação Nº 084/2011 – LAI, pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, com validade por um prazo de 06(seis) meses. Referida LAI foi renovada pela FATMA na data de 27 de outubro de 2011, passando a ter um prazo de validade de 40 (quarenta) meses a partir daquela data.

Outros

Em 31 de dezembro de 2011, a Triunfo mantém em fase de desenvolvimento de viabilidade certos projetos de PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) e energia eólica, cujos investimentos realizados totalizam o montante de R\$ 12,82.

(iv) Administração de portos

Portonave

Através do Contrato de Adesão MT/DP 098/01 a União, por meio do Ministério dos Transportes, autorizou a Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes ("Portonave") a iniciar a exploração do porto de uso privativo, situado na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, na região denominada Ponta da Divinéia, no município de Navegantes, no Estado de Santa Catarina. A Portonave possui os direitos de exploração do Porto de Navegantes por 25 anos, contados a partir de 18 de agosto de 2006, renováveis automaticamente para mais 25 anos.

O Porto de Navegantes possui três berços de atracação em 900 metros de cais e calado de 11,3 metros e uma retiro área com capacidade para 1,3 milhão de TEUs (twenty-foot equivalent unit, unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés). As atividades de operação portuária tiveram início em 21 de outubro de 2007.

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis não serão revertidos à União. Adicionalmente, a União poderá optar, quando da extinção do contrato, pela exploração do terminal portuário a partir do momento em que a Portonave for indenizada pelos seus bens e direitos oriundos do referido contrato de adesão.

A Icorp, subsidiária integral da Portonave, administra e opera uma câmara frigorificada para armazenamento de cargas próprias e de terceiros. Em 12 de novembro de 2009, a câmara frigorificada foi atingida por incêndio em parte de suas instalações, que interrompeu temporariamente a atividade de armazenamento de produtos, porém não afetou a principal atividade da Icorp, trading de mercadorias.

A Portonave possui seguro nos seguintes montantes: (i) até 30 milhões de dólares americanos para cobrir os danos às mercadorias de terceiros; (ii) até 30 milhões de dólares americanos para cobrir danos à infraestrutura da câmara; e, (iii) até 12 milhões de dólares para indenizar a perda de receita originada pela interrupção de atividades.

A Administração da Portonave concluiu o processo de resarcimento dos danos causados aos terceiros devido ao incêndio, a qual também não houve perdas para a Portonave. O processo de reconstrução da parte afetada já foi concluído, sendo totalmente reembolsado pelo segurador, e as operações da câmara foram restabelecidas, em sua plenitude operacional, a partir de junho de 2011.

Santa Rita

Em 15 de julho de 2008, a Triunfo constituiu a Santa Rita S.A. – Terminais Portuários ("Santa Rita"), com o objetivo de instalar e operar terminal portuário em quaisquer das modalidades previstas pela Lei nº 8.630/93, bem como a exploração das atividades correlatas à operação de terminais portuários.

Paralelo ao capital social da Santa Rita foi formado através do aporte do investimento detido pela Triunfo na TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB"), no montante de R\$70.200, adquirido em 25 de junho de 2008.

Em 5 de abril de 2011, foi concedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a licença prévia nº 399/2011 relativa ao Terminal Portuário Brites.

Em 1 de setembro de 2011, foi realizada a retrovenda das 3.750.000 ações de emissão da Santa Rita, correspondente a 1,5% das ações da mesma, que estavam sob posse da Triunfo e que passaram para a propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites pelo montante de R\$3.750. Em ato contínuo, a Triunfo exerceu a opção de compra da totalidade das ações de emissão da Santa Rita de propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites, as quais correspondem a 12% do capital da referida empresa pelo montante de R\$41.967, conforme descrito na nota explicativa nº 20. Em 30 de setembro de 2011, a opção de compra foi exercida pela Companhia, que efetuou o pagamento em até 180 dias, com correção do preço pela variação acumulada do IGP-M-FGV, acrescidos de juros de 6% ao ano.

Cruzeiro do Sul

Em 24 de janeiro de 2011 a Triunfo firmou com a Cruzeiro do Sul Administradora de Terminais Logísticos Ltda. (a "Cruzeiro do Sul") o Contrato de Cessão e Transferência de Direitos, com o objetivo de adquirir o direito oneroso de exploração de superfície de uma área de 87,8 mil m² na cidade de Manaus por um período de 50 anos, pelo valor de R\$16.500. Até 31 de dezembro de 2011, foi liquidada a parcela inicial no montante de R\$



2.3.1. Conciliação do patrimônio líquido e resultado do exercício da controladora com consolidado.

	Patrimônio Líquido		Lucro líquido	
	31/12/2011	31/12/2010	2011	2010
Controladora	1.360.252	1.370.819	21.802	32.458
Equivalência patrimonial não reconhecida:				
Rio Paraíba	-	(388)	388	(19)
Maestra	-	-	100	(98)
Rio Guaíba	-	-	-	(287)
Esparta	-	-	-	1.955
Outras controladas	-	7	73	(24)
Participação de acionistas não controladores	-	37.077	(11.475)	(3.313)
Consolidado	1.360.252	1.407.515	10.888	30.672

No período que serviu de base para a preparação das Demonstrações Financeiras, as controladas Rio Paraíba e Maestra apresentam passivo a descoberto. Por consequência, os investimentos nas respectivas controladas estão registrados pelo valor zero nas demonstrações financeiras da controladora em 2010.

Em 2011, a Companhia reavaliou a política adotada e passou a reconhecer investimentos negativos para os quais apresentam passivos a descoberto, sendo os mesmos reconhecidos na rubrica de "Provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias". A Rio Guaíba, em 2010, reverteu o seu passivo a descoberto, passando a ser reconhecido esse investimento pela controladora. Consequentemente, o resultado negativo de anos anteriores foi reconhecido neste ano no resultado da controladora. Em 1 de março de 2010, ocorreu cisão parcial da Esparta com acervo vertido para a controlada Concepa, a qual, não reconheceu em seu resultado o passivo a descoberto provindo da Esparta.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Critério de reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas da prestação de serviços são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos ao contratante ou usuário. Uma receita não é reconhecida quando há alguma incerteza quanto a sua realização.

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICP01 – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão, quando esta resultar em direito adicional de receita. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Prestação de serviços portuários

A receita de serviços é reconhecida com base na movimentação dos contêineres. Quando o resultado da movimentação de contêineres não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Prestação de serviços de cabotagem

As receitas com prestações de serviços de cabotagem são mensuradas pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas aos clientes compradores e outras deduções, quando aplicável, e reconhecidas no resultado em conformidade com a respectiva prestação de serviços.

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receitas acessórias nas concessionárias de rodovias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros, as quais são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos de caixa, bancos conta movimento, aplicações financeiras e valores em trânsito referentes à arrecadação das praças de pedágio e aplicações financeiras. As aplicações financeiras resgatáveis são de liquidez imediata, apresentadas como equivalentes de caixa e correspondem aos valores aplicados acrescidos dos rendimentos até a data do balanço.

c) Aplicações financeiras vinculadas

A Companhia e as controladas Concepa e Ecomare mantêm aplicações financeiras vinculadas ao pagamento das remunerações e amortizações do principal das debêntures, cujas características quanto ao risco e remuneração são similares às demais aplicações financeiras mantidas pela Companhia. A controlada indireta Portonave possui valores em conta vinculada a GE Capital Co., principal credora da controlada, o qual refere-se a "rescove account" junto ao Deutsche Bank S/A, para recebimento dos adiantamentos efetuados pela companhia seguradora, relativo ao sinistro ocorrido nas instalações da câmara frigorífica da controlada. Tais recursos serão utilizados para o pagamento dos fornecedores contratados para a reconstrução da câmara frigorífica.

d) Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valor justo, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Companhia para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

e) Despesas de exercícios seguintes

Referem-se substancialmente aos prêmios de seguros, sendo amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos de seguros.

f) Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo como empréstimos e financiamentos, pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

g) Imobilizado

É apresentado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, às taxas apuradas de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens. Os encargos financeiros relacionados a empréstimos e financiamentos destinados à construção de bens do imobilizado são apropriados aos custos dos bens do imobilizado em construção até a entrada em operação e início da geração de receita, sendo amortizados proporcionalmente à realização desses bens. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado. As controladas Rio Verde e Portonave optaram por efetuar os ajustes ao custo atribuído ("deemed cost"), na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, de certos bens do seu ativo imobilizado, conforme determinação do ICP0 10, assim como efetuar a revisão da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado.

h) Intangível

Ativos intangíveis são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição ou construção e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico: (i) a expectativa de rentabilidade futura, foram amortizados de forma linear pelos prazos de 5 a 10 anos contados desde as datas das transações que os originaram até 31 de dezembro de 2008; e (ii) a aquisição do direito de exploração da concessão, estão sendo amortizados pelo prazo remanescente da concessão, conforme previsto na Instrução Normativa CVM nº 247/96. A partir de 1º de janeiro de 2009 os saldos dos ativos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura passaram a ser submetidos ao teste para análise de perdas dos seus valores recuperáveis, portanto não são mais amortizados. Os ativos relacionados a concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar o valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo. As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito adicional de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários. O ativo intangível que foi reconhecido na data de transição de 1º de janeiro de 2009 representa o ativo imobilizado registrado desde o início das concessões rodoviárias, o qual está demonstrado ao custo de reposição. O critério definido para amortização dos ativos intangíveis de concessão de rodovias é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estarão alinhadas e reconhecidas consistentemente durante prazo de concessão. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis que fluirão para a companhia e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos e os gastos com desenvolvimento de novos projetos são capitalizados, se tiverem viabilidade econômica, transferidos para o custo final do bem e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

Contratos de concessão – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)

Para a aplicação do ICP01, dois aspectos foram considerados para o enquadramento dos investimentos da Companhia à norma: a) o poder concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e b) o poder concedente controla – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Para as concessionárias de rodovias, a Companhia entende que os dois requisitos são atendidos para a aplicação do ICP01. Já com relação à geradoras de energia e o porto, os mesmos estão fora da aplicação do ICP01, pois ambos não se enquadram no item (a) anterior. A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICP01 - Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Os contratos de concessão da Companhia que estão no escopo do ICP01 não prevêem pagamentos pelos serviços de construção por parte do poder concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de cobrar pedágio dos usuários das rodovias.

Serviços de construção que representam potencial de geração de receita adicional

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do

direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, conforme OCPC 05, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados. Os compromissos de construção estão detalhados na nota explicativa nº 33.

Reconhecimento de receita e margem de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. A Companhia também avaliou que não está previsto contratualmente qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção. Com base neste cenário, a Companhia determinou impraticável a definição de margem com relação às receitas de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Amortização do ativo intangível de concessão de rodovias

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

Provisão para manutenção de rodovias

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia definiu que estão enquadrados no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Operações reincluídas no longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restituido colocado novamente em uso para utilização pelos usuários. A provisão para manutenção, conforme descrito na nota explicativa nº 15, é registrada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

i) Obrigação da concessão (concessão onerosa)

Para o aproveitamento do potencial energético objeto do contrato de concessão, as controladas devem recolher à União, a partir da entrada em operação até o final da concessão parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto pelo Uso de Bem Público ("UBP"), corrigidos anualmente ou com periodicidade que a legislação permitir.

j) Avaliação da recuperação de ativos de longo prazo ("impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos e ativo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ativo é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia desde que não superem os segmentos operacionais que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ativo é alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ativo alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ativo é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não pode ser revertida em períodos subsequentes.

k) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia apenas se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l) Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes
Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado e a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e suas controladas operam e geram receita tributável.
Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração da Companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:
- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ativo ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável este disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:
- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo o parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:
- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

m) Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros
Reconhecimento inicial e mensuração
Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente a valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem. Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, depósitos judiciais, outros recebíveis e instrumentos financeiros cotados e não cotados.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e suas controladas que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo reconhecidos na demonstração do resultado. Uma nova revisão somente ocorre quando houver uma mudança nos termos do contrato que significativamente altere os fluxos de caixa que, de outra forma, seriam requeridos. A Companhia não mantém contratos com derivativos embutidos.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia e suas controladas tiverem manifesto intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia e suas controladas não registraram investimentos mantidos até o vencimento durante o exercício finais em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado. Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não rea-

lizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período. Quando o investimento não é reconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado. Dividendos sobre instrumentos patrimoniais disponíveis para a venda são reconhecidos no resultado quando o direito de recebimento da Companhia e suas controladas forem estabelecidos. O valor justo de ativos monetários disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Não há variação do valor justo não realizado de investimentos disponíveis para venda em 2009 e 2010.

Não reconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:
- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia e suas controladas transferiram os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiram uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiram o controle sobre o ativo. Quando a Companhia e suas controladas tiverem transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia e suas controladas com o ativo. Nesse caso, a Companhia e suas controladas também reconhecem um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia e suas controladas mantiverem. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia e suas controladas, dos dois o menor.
(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros
A Companhia e suas controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo recuperável ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults. A Companhia e suas controladas não identificarão evidências de perdas em ativos financeiros nas datas dos balanços.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia e suas controladas inicialmente avaliam individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia e suas controladas concluírem que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável. Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecida na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia e suas controladas. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Investimentos financeiros disponíveis para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia e suas controladas avaliam se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço. Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil. Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda é acumulada – mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado – e reclassificada do patrimônio líquido para o resultado. Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente. No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração de resultado. Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e este aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável na demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é mantida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração
Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia e suas controladas determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado.
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros



Amortização do ativo intangível

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados pela Administração.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e de suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

a) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo devem ser ajustados pelo seu valor presente. O mesmo é aplicado aos itens de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Os saldos dos empréstimos, financiamentos, debêntures, contratos de mútuo ou outras contas com partes relacionadas e valores obrigacionais de longo e de curto prazo referem-se exclusivamente a itens sujeitos a variações pós-fixadas, tem seus valores atualizados periodicamente, sendo apresentados pelo seu valor em moeda na data da elaboração das demonstrações financeiras. Na avaliação da Administração da Companhia não há ajustes significativos nas demonstrações financeiras.

p) Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

q) Participação em Joint Ventures (Controladas em conjunto)

A Companhia mantém participação em joint venture, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto de várias atividades da Companhia. A Companhia reconhece sua participação na joint venture utilizando a consolidação proporcional. A Companhia combina sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas da joint venture, linha por linha, nas suas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras da joint venture são preparadas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Os ajustes são efetuados, quando necessário, para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pela Companhia.

Ajustes são efetuados nas demonstrações consolidadas da Companhia com o objetivo de eliminar a participação desta nos saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados sobre transações entre a Companhia e sua joint venture. Perdas em transações são reconhecidas imediatamente se a perda fornece evidências de redução do valor realizável de ativos. A joint venture é proporcionalmente consolidada até a data em que a Companhia deixe de exercer controle conjunto.

Quando ocorrer perda de controle conjunto, e contanto que esta investida não se torne controlada ou coligada, a Companhia passa a mensurar esse investimento a valor justo a partir de então. No momento da perda de controle conjunto, será reconhecida na demonstração do resultado qualquer diferença entre o valor contábil da antiga joint venture e o valor justo do investimento, bem como eventuais resultados da venda da joint venture. Quando o investimento remanescente mantiver influência significativa, será contabilizado como investimento em uma coligada, conforme descrito anteriormente.

r) Transações envolvendo pagamentos em ações

Funcionários (inclusive executivos sênior) da Companhia recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais"). A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados conforme descrito na nota explicativa nº 25.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquiere o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em "despesas com pessoal" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em "despesas com pessoal" correspondente às despesas com se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação. Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e designado como plano substituído na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com títulos patrimoniais são tratados da mesma forma. O efeito de diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído conforme descrito em nota explicativa nº 23 e).

3.1. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

A partir de 1º de janeiro de 2011, passaram a vigorar os seguintes pronunciamentos e interpretações para efeitos de IFRS: IAS 24 - Exigências de Divulgação para Entidades Estadais e Definição de Parte Relacionada (Revisada); IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação (Revisada); IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de um IFRIC de Financiamento Mínimo; e IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital. A adoção destes pronunciamentos e interpretações não impactou as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011. Em relação aos pronunciamentos IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração, IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos em Conjuntos, IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades, IFRS 13 - Mensurações do Valor Justo, IAS 27 (R) - Demonstrações Consolidadas e Separadas e IAS 28 (R) - Investimentos em Coligada e em Controlada, que passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. Estes pronunciamentos serão adotados também pelo CPC e a Companhia espera que a adoção destes pronunciamentos não tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras, com exceção da adoção do IFRS 11 - Empreendimentos em Conjunto, o qual pode alterar a apresentação dos balanços patrimoniais e resultado consolidado da Companhia. O IFRS 11 substituirá o IAS 31, sendo sua principal mudança as formas de reconhecer uma joint venture. Pelo IFRS 11, não existirá a possibilidade de controle compartilhado de entidades por meio de consolidação proporcional, sendo assim, as entidades de controle compartilhado (joint ventures) somente podem o reconhecimento do investimento e sua equivalência patrimonial. Em consequência, certas investidas no segmento de Porto, Rodovia e Cabotagem da Triunfo poderá não ser consolidadas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Disponibilidades	6.805	2.941	115.929	51.170
Aplicações financeiras	7.436	11	26.008	9.519
	14.241	2.952	141.937	60.689

As aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento do CDI, resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações financeiras vinculadas

A Triunfo e suas controladas Concepa e Econorte constituem reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures, conforme descrito na nota explicativa nº 17. A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário. A controlada Portonave possui um "escrow account" junto ao Deutsche Bank para recebimento dos adiantamentos efetuados pela seguradora, relativo ao sinistro ocorrido nas instalações da câmara frigorífica da controlada, conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iii). Tais recursos serão utilizados para o pagamento dos fornecedores para a reconstrução da câmara frigorífica. Os saldos apresentados são os seguintes:

	31/12/11	Consolidado	31/12/10
	Triunfo (controladora)	26.523	25.130
Concepa	7.597	7.790	
Econorte	14.686	3.527	
Portonave	6.777	6.407	
	55.583	42.854	
Parcela do circulante	55.533	39.327	
Parcela do não circulante	50	3.527	

As características e remunerações dessas aplicações são similares àquelas descritas na nota explicativa nº 4.

6. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	17.114	11.573
Serviços portuários (carga, descarga e armazenagem)	18.978	7.191
Serviços de cabotagem	10.327	-
Celes Distribuição - Reembolso Linha de Transmissão	-	7.556
Operação de trading	40	1.687
Outras contas a receber	46.459	28.052
Provisão para devedores duvidosos	(100)	(83)
	46.359	27.969
Parcela do circulante	45.402	27.969
Parcela do não circulante	957	-

A seguir, o saldo das contas a receber por vencimento:

	31/12/11	31/12/10
A vencer	46.359	27.969
Vencidos há mais de 90 dias	100	83
	46.459	28.052

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2011	2010
Saldo no início do exercício	(83)	(61)
Adições	(17)	(22)
Saldo no final do exercício	(100)	(83)

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	4.231	2.986	4.609	3.337
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	-	-	128	124
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.736	687	2.598	1.034
Programa de Integração Social – PIS	8	8	47	37
Contribuição para o financiamento da Seguridade Social – Cofins	-	-	177	133
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	32	32	2.563	1.855
Outros	59	50	259	236
	6.066	3.763	10.381	6.756
Parcela do circulante	6.066	3.763	8.071	5.879
Parcela do não circulante	-	-	2.310	877

8. Créditos tributários diferidos

Os créditos tributários diferidos são oriundos do prejuízo fiscal, da base de cálculo negativa da contribuição social e das diferenças temporárias registradas nas controladas que apuram o resultado pelo Lucro Real.

Quanto a sua natureza os saldos podem ser demonstrados como segue:

	Consolidado	
	31/12/11	31/12/10
Prejuízo Fiscal e Base Negativa da Contribuição Social:		
Imposto de renda diferido	10.513	2.991
Contribuição social diferida	3.784	1.077
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda diferido	13.908	9.489
Contribuição social diferida	5.007	3.417
	33.212	16.974

As diferenças temporárias correspondem basicamente à provisão para manutenção das rodovias, amortização do ágio advindo de incorporação da controlada Concepa e ativos diferidos reconhecidos no resultado em 2008.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração das controladas, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. O prazo previsto para realização integral destes créditos é superior a 12 meses.

9. Operações com partes relacionadas

As Concessionárias de Rodovias contrataram as controladas Rio Bonito, Rio Guaíba e Rio Tibagi para prestar serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho), conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) e outros serviços. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares das operações com terceiros, regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pela ANTT. O valor das receitas brutas das empresas de serviços, nos montantes de R\$46.322, R\$45.631 e de R\$36.887, respectivamente, foram completamente eliminados na consolidação das Demonstrações Financeiras, por se tratarem de operações entre as companhias consolidadas nas Demonstrações Financeiras, conforme descrito na nota explicativa nº 2.3.

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:

	31/12/11			31/12/10		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Econorte	10.000	-	-	4.159	-	-
Concer	158	-	-	689	-	-
Rio Verde	2.458	-	-	264	-	-
Concepa	6.717	-	-	-	-	-
TPI-Log	5.578	-	-	-	-	-
Mútuos financeiros:						
Rio Tibagi (iii)	-	38.969	3.568	-	-	-
Outros:						
Concepa	31	-	374	336	-	336
Outros	-	101	-	96	-	-
Total do circulante	24.942	39.070	3.942	5.448	96	336
Mútuos financeiros:						
Portonave (i)	48.568	-	7.774	40.794	-	4.289
Concepa	-	-	28	34.173	-	4.284
NTL (ii)	22.372	-	3.607	39.832	-	2.430
Maestra	-	-	13	-	-	-
Vetorial (iv)	216	-	1	-	-	-
Outros:						
Outros	234	-	112	-	-	-
Total do não circulante	171.390	-	11.423	114.911	-	11.003
Total	96.332	39.070	15.365	120.359	96	11.339

- (i) Mútuo referente a captações da Portonave com a Triunfo, atualizado por variação do dólar norte-americano mais 5,7452% a.a., equivalente a taxa ajustada com o acionista estrangeiro da Portonave, a fim de evitar a desqualificação da participação dos sócios.
- (ii) Mútuo referente a captações da NTL com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,75% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Tibagi, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Rio Tibagi.
- (iv) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.

Os principais contratos firmados em 2011 entre as concessionárias de rodovia e empresas de serviço são: (i) conservação, recuperação e manutenção de rodovias, incluindo obras de arte correntes, canteiro central e faixa de domínio; (ii) atendimento a incidentes (recolhimento de animais e limpeza de pistas); (iii) operação de gerenciamento das "casas do motorista"; (iv) operação de sistema de pesagem; (v) apoio ao controle de tráfego; (vi) atendimento pré-hospitalar; (vii) socorro mecânico (resgate e guincho); (viii) inspeção e fiscalização tráfego e (ix) operação dos sistemas de arrecadação das praças de pedágio.

	Consolidado			31/12/10		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Rio Verde	2.736	-	-	-	-	-
Prestação de serviço:						
BR-040 (Concer) (i)	-	534	-	2.262	-	-
CTSA (Portonave) (i)	-	262	-	667	-	-
Consórcio TRS (Concepa) (i)	-	3.539	-	-	-	-
Mútuos financeiros:						
Portonave (ii)	-	1.252	-	-	931	-
Outros:						
Outros	-	2	-	26	94	-
Total do circulante	2.736	5.589	-	26	3.954	-
Mútuos financeiros:						
NTL (iii)	9.284	-	1.497	-	-	-
Vetorial (iv)	216	-	1	-	-	-
Outros:						
Outros	142	-	-	-	-	-
Total do realizável a longo prazo	9.642	-	1.498	-	-	-
Ativo Intangível de concessão e Imobilizado:						
CTSA (Econorte) (v)	74	-	17.551	11.524	-	4.927
CTSA (Rio Canoas) (vi)	31.985	-	-	25.000	-	-
Consórcio TRS (Concepa) (v)	28.507	-	2.759	6.301	-	1.343
Total do não circulante	70.208	-	21.808	42.825	-	6.270
Total	72.944	5.589	21.808	4		



11. Despesas de exercícios seguintes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Gastos com apólices de seguros (i)	84	83	6.074	5.357
Outros gastos	37	60	125	201
	121	143	6.199	5.558
Parcela do circulante	121	143	4.324	5.558
Parcela do não circulante	-	-	1.875	-

(i) São amortizados no mesmo prazo da vigência dos seguros contratados.

12. Investimentos

a) Investimentos permanentes

Investimento	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outras	Investimentos permanentes em 31/12/11	Investimentos permanentes em 31/12/10
Econorte	95.401	100,0%	95.401	-	95.401	126.390
Rio Tibagi	2.116	100,0%	2.116	-	2.116	3.340
Concepa	114.169	100,0%	114.169	-	114.169	112.419
Rio Guaíba	6.622	100,0%	6.622	-	6.622	3.053
Concer	436.915	62,5%	273.072	-	273.072	259.631
Rio Bonito	3.308	62,5%	2.068	-	2.068	1.203
Convale	350	100,0%	350	9	359	366
Maestra (i)	-	58,5%	-	-	-	482
Vessel-Log	6.216	58,5%	3.636	-	3.636	10.222
Tucano	5.620	100,0%	5.620	-	5.620	1.468
Retirinho	355	100,0%	355	-	355	244
Guariroba	1.786	100,0%	1.786	-	1.786	1.693
Santa Rita	93.249	12,0%	11.190	-	11.190	3.747
Estrela	228	100,0%	228	-	228	-
Rio Dourado	1	100,0%	1	-	1	-
TPI-Log	668.065	100,0%	668.065	-	668.065	656.077
NTL	-	58,5%	-	-	-	10.284
Trevally	1	100,0%	1	-	1	2
MaNave	4.513	100,0%	4.513	-	4.513	3
Rio Canoas	184.113	100,0%	184.113	-	184.113	30.403
Taboca	1.231	100,0%	1.231	-	1.231	1
TNE	1	100,0%	1	-	1	-
Anddis	1	100,0%	1	-	1	-
Dable	1	100,0%	1	-	1	-
Jahy	1	100,0%	1	-	1	-
Santip	1	100,0%	1	-	1	-
Luve	1	100,0%	1	-	1	-
Santa Clara	1	100,0%	1	-	1	-
Tijóá	1	100,0%	1	-	1	-
ATT	1	64,0%	1	-	1	-
Rio Claro	1	100,0%	1	-	1	1
Total Investimentos	1.624.269		1.374.547	9	1.374.556	1.221.029
Rio Paraíba	(399)	100,0%	(399)	-	(399)	-
Ecovale	1	52,5%	1	(52)	(51)	-
Maestra	(6.752)	58,5%	(3.950)	-	(3.950)	-
NTL	(3.522)	58,5%	(2.060)	(308)	(2.368)	-
Portonauas	(3)	100,0%	(3)	-	(3)	-
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(10.675)		(6.411)	(360)	(6.771)	-
Total Investimentos Líquido	1.613.594		1.368.136	(351)	1.367.785	1.221.029

b) Movimentação dos investimentos permanentes

Investimento	Investimentos permanentes em 31/12/10	Aportes de capital e aquisições	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos	Gainho na diluição de participação	Devolução de AFAC	Transferência	Investimentos permanentes em 31/12/11	Resultado de equivalência patrimonial 31/12/10
Econorte	126.390	-	15.182	(46.171)	-	-	-	95.401	16.634
Rio Tibagi	3.340	-	13.413	(14.637)	-	-	-	2.116	11.844
Concepa	112.419	-	11.853	(10.103)	-	-	-	114.169	(3.630)
Rio Guaíba	3.053	-	30.419	(26.850)	-	-	-	6.622	23.743
Concer	259.631	-	16.631	(3.190)	-	-	-	273.072	10.903
Rio Bonito	1.203	-	13.427	(12.562)	-	-	-	2.068	12.888
Convale	366	41	(48)	-	-	-	-	359	(43)
Rio Paraíba	-	34	(399)	-	-	-	-	(399)	-
Ecovale	-	34	(85)	-	-	-	-	(51)	-
Maestra (i)	482	243	(4.682)	-	2.905	(2.898)	-	(3.950)	(2.164)
Vessel-Log (i)	10.222	-	(9.093)	-	2.524	-	(17)	3.636	(2.493)
Tucano	1.468	4.307	(155)	-	-	-	-	5.620	(34)
Retirinho	244	128	(17)	-	-	-	-	355	(3)
Guariroba	1.693	136	(43)	-	-	-	-	1.786	(4)
Santa Rita	3.747	7.476	(33)	-	-	-	-	11.190	(3)
Estrela	-	235	(7)	-	-	-	-	228	-
Rio Dourado	-	1	-	-	-	-	-	1	(1)
TPI-Log	656.077	31.359	589	(19.960)	-	-	-	668.065	13.511
NTL (i)	10.284	-	(16.023)	-	3.371	-	-	(2.368)	(3.612)
Trevally	2	10	(11)	-	-	-	-	1	(3)
MaNave	3	4.658	(148)	-	-	-	-	4.513	(3)
Portonauas	-	275	(278)	-	-	-	-	(3)	-
Rio Canoas	30.403	154.070	(360)	-	-	-	-	184.113	(348)
Taboca	1	1.236	(6)	-	-	-	-	1.231	(1)
TNE	-	9	(8)	-	-	-	-	1	-
Anddis	-	2	(1)	-	-	-	-	1	-
Dable	-	2	(1)	-	-	-	-	1	-
Jahy	-	2	(1)	-	-	-	-	1	-
Santip	-	2	(1)	-	-	-	-	1	-
Luve	-	40	(39)	-	-	-	-	1	-
Santa Clara	-	40	(39)	-	-	-	-	1	-
Tijóá	-	40	(39)	-	-	-	-	1	-
ATT	-	1	-	-	-	-	-	1	-
Esparta	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Rio Claro	1	-	-	-	-	-	-	1	3.787
Rio Verde (ii)	-	-	8.261	-	-	-	-	5.723	(1)
Total	1.221.029	204.347	78.258	(133.473)	8.800	(2.898)	(8.278)	1.367.785	86.690

(i) Conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) v), a aquisição de 10% dos investimentos na cabotagem pelo armador japonês NYK ocasionou a diluição da participação da Companhia de 65% para 58,5% nas empresas de cabotagem, gerando um ganho de R\$2.905 na Maestra, R\$2.524 na Vessel-Log e R\$3.371 na NTL. (ii) Conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iii), em 31 de dezembro de 2011 o investimento na controlada Rio Verde encontra-se destinado a venda.

13. Imobilizado

Custo	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. De Dados	Imobilizado em Andamento (ii)	Veículos	Câmara frigorífica	Embarcações	Outros (iii)	Total
Saldo em 31/12/2010	152.038	550.353	220.385	5.120	11.148	68.645	4.568	38.895	67.376	4.295	1.122.823
Construções / Aquisições	6.661	987	15.169	212	549	209.951	2.311	3.995	53.606	27.159	320.600
Baixas	-	-	(5)	(19)	-	-	(400)	-	-	-	(424)
Perda na diluição (i)	-	(17)	(51)	(144)	(172)	-	-	-	(39.631)	(18)	(40.033)
Transferências	381	(4.668)	6.710	11	(5)	(8.525)	(457)	(2)	-	943	5.612
Saldo em 31/12/2011	159.080	546.655	242.208	5.180	11.520	270.071	6.022	42.888	81.351	32.379	1.397.354
Depreciação	-	(46.546)	(59.296)	(1.251)	(5.371)	-	(1.797)	(1.920)	-	(860)	(117.041)
Saldo em 31/12/2010	-	(3.968)	(7.248)	(228)	(751)	-	(866)	(613)	(2.474)	(2.203)	(18.351)
Depreciação - Custo atribuído	-	(10.073)	(18.616)	(304)	(1.458)	-	(127)	(1.680)	-	(279)	(32.537)
Baixas	-	-	-	11	(1)	-	239	-	-	-	249
Perda na diluição (i)	-	2	3	19	12	-	-	-	957	2	995
Transferências	-	5.492	(11)	(1)	55	-	186	(128)	-	(61)	5.532
Saldo em 31/12/2011	-	(55.093)	(85.168)	(1.754)	(7.514)	-	(2.365)	(4.341)	(1.517)	(3.401)	(161.153)
Valor residual líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2010	152.038	503.807	161.089	3.869	5.777	68.645	2.771	36.975	67.376	3.435	1.005.782
Saldo em 31/12/2011	159.080	491.562	157.040	3.426	4.006	270.071	3.657	38.547	79.834	28.978	1.236.201

(i) Conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) v) a participação na cabotagem foi diluída de 65% para 58,5%, resultando na redução da conta pela consolidação proporcional. (ii) O saldo está composto por ativos em construção e será transferido para contas definitivas quando concluídos. A análise de recuperação econômica é feita anualmente e os projetos avaliados como perda provável, se houver, são baixados. (iii) As construções / aquisições ocorridas na rubrica de Outros referem-se substancialmente aos leasings de contêineres, no montante de R\$24.639, que serão utilizados para prestação de serviço de cabotagem.

Custo atribuído ("Deemed Cost")	Ativos do porto Portonave	Camara Frigorífica	UHE Salto Rio Verde (**)	Total ajuste ao custo atribuído	IR diferido passivo (Nota 19)	UHE Salto Rio Verde (**) (UHE avaliação patrimonial (Patrimônio Líquido))	Ajuste patrimonial (Patrimônio Líquido)
Ajuste ao custo atribuído Transferência para Operações Descontinuadas	687.895	5.484	143.194	836.573	284.436	-	552.137
Depreciação acumulada	(64.570)	(485)	-	(65.055)	(22.119)	(1.306)	(44.242)
Saldo em 31/12/2010	623.325	4.999	-	628.324	213.631	(1.306)	507.895
Depreciação do período	(30.857)	(1.680)	-	(32.537)	(11.063)	(3.683)	(25.157)
Saldo em 31/12/2011	592.468	3.319	-	595.787	202.568	(4.989)	482.738

(**) Estes ativos não estão consolidados conforme nota 10.

As controladas Rio Verde e Portonave adotaram a opção de avaliar seus ativos imobilizados ao custo atribuído de acordo com ICP10 e CPC 37.

14. Intangível

Custo	Controladora					Total Controladora
	Econorte (i)	Vessel Rio Guaíba	Esparta (iii)	Concepa Desenvolvimento de projetos (iv)	Licenças de uso e softwares	
Saldo em 31/12/2010	41.476	114	267	4.320	14.037	60.582
Adições	-	-	-	-	26.489	26.554
Baixas	-	-	(292)	(2.877)	(3.169)	(3.169)
Saldo em 31/12/2011	41.476	114	267	4.028	37.649	83.967
Amortização						
Saldo em 31/12/2010	(15.866)	-	(19)	-	-	(179)
Amortização	(2.354)	-	(38)	-	-	(55)
Saldo em 31/12/2011	(18.220)	-	(57)	-	-	(234)
Valor residual líquido	25.610	114	248	4.320	14.037	60.582
Saldo em 31/12/2010	25.610	114	248	4.320	14.037	60.582
Saldo em 31/12/2011	23.256	114	210	4.028	37.649	55.853

(i) Em julho de 2005 e novembro de 2007 a Triunfo adquiriu as participações adicionais de 25,0% e de 50,0% na Econorte. Os ágio serão amortizados proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até outubro de 2021.

(ii) Em junho de 2007 a Triunfo adquiriu, através das holdings Starport e Maris Gaudium, a participação adicional de 33,3% na Portonave. Os ágios estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura da Portonave, sendo amortizados linearmente pelo prazo de dez e seis anos, respectivamente, de acordo com o laudo de avaliação e projeções financeiras da Portonave, até 31 de dezembro de 2008, conforme requerido pela Instrução CVM nº 247/96, sendo submetido ao teste de recuperabilidade de ativos. A partir de 1º de janeiro de 2009 foi suspensa a amortização, conforme OPC 02, permanecendo apenas a aplicação do teste de recuperabilidade exigido pelo CPC 01. Em 2 de dezembro de 2009, os investimentos na controladas Maris Gaudium e Starport, incluindo os saldos não amortizados dos ágios, foram transferidos para a TPI-LOG pelos valores contábeis avaliados conforme laudos elaborados por especialistas contratados. Em 30 de junho de 2010, a Triunfo reconheceu com ágio o montante de R\$11.969 corrigido monetariamente referente ao pagamento da última parcela da aquisição das ações da Maris Gaudium que pertenciam a AEL Assessoria e Administração de Empresas conforme contrato de compra e venda de ações de 05 de junho de 2007 e 3º aditivo contratual de 01 de dezembro de 2009. O montante de R\$11.969 foi registrado na rubrica de Contratos de aquisição de ativos, conforme nota explicativa nº 20.

(iii) Em outubro de 2008 a Triunfo, através da controlada Esparta, adquiriu a participação adicional de 30% na Concepa. O ágio está fundamentado na aquisição do direito de exploração da concessão, que será amortizado proporcionalmente ao prazo remanescente



d) Maestra

1ª Emissão

Em 15 de julho de 2011, foram emitidas 80 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$80.000, amortizáveis mensalmente a partir do 12º mês contado da data de emissão até 12 de julho de 2015. O saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$83.491 (R\$48.842 valor proporcional à participação na Companhia).

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 2,55% ao ano, e são remuneradas mensalmente a partir do 12º mês contado da data de emissão até 12 de julho de 2015.

Os gastos de emissão são apresentados como reduções do saldo devedor e representam o montante de R\$1.720 em 31 de dezembro de 2011.

e) Rio Canoas

1ª Emissão

Em 22 de novembro de 2011, foram emitidas 150 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$150.000. Elas terão um prazo de vigência de 13 meses, vencendo em 30 de dezembro de 2012. A referida emissão foi efetuada no contexto da negociação do financiamento de longo prazo do empreendimento junto ao BNDES e poderá ser liquidada antecipadamente por ocasião da liberação dos recursos deste financiamento de longo prazo. O saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$150.631.

As debêntures farão jus à remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias DI, capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 2,10% ao ano. A Remuneração incidirá sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debênture desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Os gastos de emissão são apresentados como reduções do saldo devedor e representam o montante de R\$1.178 em 31 de dezembro de 2011.

Além das garantias da arcação dos pedágios, da alienação fiduciária da embarcação Maestra Mediterrâneo e da hipoteca da embarcação Maestra Pacifico, da alienação fiduciária das ações representativas de 100% do capital social da controlada Rio Canoas e da cessão fiduciária de todos os direitos emergentes da concessão relativos ao contrato de concessão de uso do bem público celebrada com a Anel, a Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores das debêntures, como não realizar operações fora de seu objeto social; proceder à adequação publicitária dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação de endividamento, entre outros. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e suas controladas.

Para amortização anual das debêntures, de acordo com a escritura, a Companhia constitui uma conta reserva de amortização e as controladas Concepa e Econorte constituem uma reserva mensal de recursos provenientes da arrecadação de pedágio. Esses recursos ficam aplicados em conta de aplicação específica até a data de cada amortização e estão apresentados na nota explicativa nº 5.

A parcela registrada no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2011, com vencimento até o ano 2018, está assim distribuída:

Ano	Controladora	Consolidado
2013	52.443	89.244
2014	52.897	81.325
2015	100.078	141.706
2016	46.971	81.771
2017	46.971	59.955
2018	46.971	46.971
	346.331	500.972

18. Impostos, taxas e contribuições

	Controladora	Consolidado
	31/12/11	31/12/10
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	3.806
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	12.237
Imposto de Renda Retido na Fonte	13	1.042
Cofins	2	2.786
PIS	1	1.318
INSS	4	517
Imposto Sobre Serviços	1	3.715
Imposto sobre Operações Financeiras	41	381
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	27	147
Outros impostos e contribuições	89	132
	89	28.123
Parcela do circulante	89	114
Parcela do não circulante	-	18

19. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas.

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas, não tem prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis auferidos em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

	31/12/11	31/12/10
Portonave	3.269	11.965
Maestra	3.945	-
NTL	22.207	-
Vessel	12.628	-
Triunfo	271.753	214.767
	313.802	226.732

Os créditos fiscais sobre os prejuízos e base negativa da contribuição social da Portonave foram reconhecidos com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros de acordo com as projeções de resultados aprovados pelos Administradores das Companhias e com base nos critérios determinados pela Instrução CVM nº 371/02. Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados devido não haver histórico de lucros e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Consolidado
	31/12/11
Reserva de reavaliação	123.090
Custo atribuído – ICPC 10 (Nota 13)	202.568
Varição cambial	5.729
Estorno de amortizações – ICPC 01	35.090
	366.477

20. Contratos de aquisição de ativos

As obrigações assumidas pela aquisição de investimentos, equipamentos, terrenos e outros bens e direitos permanentes são reconhecidos pelos montantes atualizados, conforme as condições contratuais.

Os principais saldos dos contratos de aquisição de ativos a pagar são como segue:

	Controladora e Consolidado
	31/12/11
Aquisição de investimento na TPB	-
Aquisição de investimento na Santa Rita	21.498
Aquisição de direito de exploração de superfície	10.250
	31.748
Parcela do circulante	21.498
Parcela do não circulante	10.250

a) Aquisição de investimento na TPB

Conforme apresentado na nota explicativa nº 1 a) iii), em 25 de junho de 2008 a Triunfo firmou com Pedro e Joaquim Rocha Brites o contrato para aquisição de 100% das cotas da TPB, pelo montante de R\$70.200, sendo R\$30.000 pagos com ações da controlada Santa Rita, uma parcela de R\$5.000 na assinatura do contrato e o saldo de R\$35.200 em parcelas semestrais, corrigidas pelo IGP-M, mais juros mensais de 0,5% ao mês, nos montantes de R\$5.200, duas parcelas de R\$5.000 mais duas parcelas finais de R\$10.000.

Em 2009 a Triunfo re-negociou o saldo do contrato de R\$34.838 para o pagamento em 4 parcelas semestrais, sendo 2 parcelas pagas em 2010 no montante de R\$838 e R\$9.000 e 2 parcelas a serem pagas em 2011 no montante de R\$10.000 e R\$15.000 corrigidas pelo IGP-M, mais juros mensais de 0,75% ao mês. O saldo foi liquidado em 2011.

b) Aquisição de investimento na Santa Rita

Em 2011, a Triunfo exerceu a opção de compra da totalidade das ações de emissão da Santa Rita de propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites, as quais correspondem a 12% do capital da referida empresa pelo montante de R\$41.967, conforme mencionada na nota explicativa nº 1 a) iv). O saldo remanescente a pagar em 31 de dezembro de 2011 é de R\$21.498.

c) Aquisição de direito de exploração de superfície

Em 2011, a Triunfo firmou com a Cruzeiro do Sul Administradora de Terminais Logísticos Ltda. o Contrato de Cessão e Transferência de Direitos, com o objetivo de adquirir o direito oneroso de exploração de superfície, conforme nota explicativa nº 1 a) iv).

21. Receitas diferidas, líquidas

As receitas diferidas correspondem aos recebimentos antecipados, líquidos dos custos e amortizações, decorrentes dos contratos de utilização da faixa de domínio das rodovias administradas pela controlada Concepa e pela controlada Concer, firmado com a Embrelat em setembro de 2007.

O contrato prevê que a Embrelat pagará uma remuneração total de R\$27.383 (R\$19.617 no consolidado) durante o prazo remanescente da concessão, dos quais R\$11.587 (R\$8.701 no consolidado) foram antecipados e reconhecidos como receitas diferidas. O saldo do contrato no montante de R\$15.796 (R\$10.916 no consolidado) será recebido em parcelas anuais, corrigidas anualmente pela variação do IGP-M.

A Cervejaria Petrópolis S.A. pagará anualmente à controlada Concer para implantação de rede de afluente o valor de R\$26 (R\$16 no consolidado) e para implantação de adutora o valor de R\$156 (R\$98 no consolidado). Os contratos tiveram seu início em fevereiro de 2008 e maio de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a Eletronet pagará à controlada Concer uma remuneração total de R\$7.942 (R\$4.964 no consolidado). Até 31 de dezembro de 2011, a Eletronet pagou R\$6.615 (R\$4.134 no consolidado) à controlada Concer. O contrato teve seu início em agosto de 2011.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a CEMIG pagará anualmente à controlada Concer o valor de R\$1 (R\$0,625 no consolidado). O contrato teve seu início em outubro de 2011 e será corrigido anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a VIVO pagará anualmente à controlada Concer o valor de R\$286 (R\$179 no consolidado). Os contratos tiveram seu início em dezembro de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IPCA.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência do contrato.

	Consolidado
	31/12/11
Receita recebida antecipadamente	10.294
(-) Receita apropriada ao resultado	(1.386)
	8.908

22. Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia e suas controladas constituem, com base nos pareceres elaborados pelos seus assessores jurídicos, provisão para demandas judiciais e administrativas consideradas suficientes para cobrir perdas classificadas como prováveis nos processos administrativos e judiciais em andamento.

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

	31/12/10	Consolidado	31/12/11
		Complemento	Pagamentos
Processos cíveis	487	317	(256)
Processos trabalhistas	528	222	(578)
Total provisão	1.015	539	(834)

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são pólo passivo em processos cujas chances de êxito das partes reclamantes foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possíveis nos montantes de R\$18.307 e R\$12.301 em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respectivamente, para os quais não foram constituídas provisões.

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

a) Litígio sobre a concessão na Econorte

A Econorte é empresa concessionária de rodovias do Lote nº 1 do Anel de Integração do Paraná, vencedora do certame licitatório resultante da concorrência pública internacional, para a outorga de concessão de segmentos rodoviários do Estado do Paraná. A anterior administração do Governo do Estado do Paraná perpetuou diversos atos para buscar a redução, suprimir e/ou extinguir o programa de concessão rodoviários no Estado, seja por meio de medidas e ações administrativas ou judiciais.

Desde então, o Poder Público Estadual adotou diversas medidas contra as concessões rodoviárias do Estado, sendo que as principais partes para a encampação das concessões, desapropriações das ações de controle, caducidade dos contratos, negativa retórica da aplicação dos reajustes anuais das tarifas de pedágio, tentativa de buscar a nulidade dos aditivos contratuais, descondições das disposições contratuais, além de outras medidas levadas a efeito pela administração pública. A Econorte, individualmente ou em conjunto com outras concessionárias, buscou a tutela jurisdicional para resguardar a manutenção da incolumidade do contrato de concessão de que é titular, que vem sendo mantido por diversas decisões judiciais favoráveis, sejam estas decisões liminares, sentenças ou outros julgamentos proferidos por instâncias superiores.

Adicionalmente, em 2008, a Econorte, em cumprimento das decisões judiciais prolatadas pela Justiça Federal de Jacareizinho (PR), teve suas atividades parcialmente suspensas dentro do âmbito da jurisdição da referida Justiça. Em dezembro do mesmo ano, a Concessionária retomou a integralidade dos serviços concessionados, com base na decisão favorável proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no pedido de Suspensão de Liminar n. 274, mantendo incólume a concessão de que é titular.

Em 20 de março de 2011, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em julgamento unânime, confirmou a decisão monocrática proferida no pedido de Suspensão de Liminar n. 274, assegurando a incolumidade do Contrato de Concessão e seus Termos Aditivos.

A Econorte busca, por meio de ações judiciais, o reconhecimento em seu favor de eventos que causaram o desequilíbrio do contrato de concessão, que não foram reconhecidos pela anterior Administração do Estado. Caso julgados procedentes, tais eventos conduzirão ao direito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, seja pelo aumento da tarifa ou pela redução no montante dos investimentos ou ainda pelo aumento no prazo da concessão, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

Em 31 de dezembro de 2011, a Econorte representava aproximadamente 6,95% do total dos investimentos da Triunfo e 21,2% das receitas operacionais líquidas consolidadas.

b) Suspensão do contrato de concessão da Ecovale

A controlada Ecovale teve o contrato suspenso pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina ("TCE/SC"). O Tribunal de Contas da União ("TCU") acatou a sugestão do TCE catarinense de anular o processo licitatório e, por conseguinte, o contrato de concessão da Ecovale firmado no âmbito desse processo. A concessionária impetrou mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal – STF contra ato do TCU, requerendo a concessão de medida liminar, a fim de sustar o ato impugnado até o julgamento final do pedido.

Em relação às possibilidades de êxito, a Administração da Ecovale, com base em parecer de seus assessores jurídicos, considera possíveis as chances de insucesso.

Por se tratar de sociedade em fase pré-operacional, a Ecovale não possui receitas operacionais e, portanto, o desfecho desfavorável dessa ação não impactaria as operações da Companhia.

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital autorizado da Companhia, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de maio de 2007 é de 200.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, e em 31 de dezembro de 2011 está representado por 146.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal no montante de R\$512.979.

Em 28 de junho de 2007, a Administração autorizou a realização da oferta pública de ações pela Companhia. As negociações das ações da Companhia no nível do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa tiveram início em 23 de julho de 2007 e sua liquidação ocorreu em 25 de julho de 2007.

Em 9 de outubro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 9.295.472 novas ações ordinárias e sem valor nominal, ao preço de R\$5,49 por ação, totalizando um aumento de R\$51.032.

Até 31 de dezembro de 2009 haviam sido integralizadas 7.842.128 ações no montante de R\$43.053, reconhecidos como adiantamento para futuro aumento de capital. O saldo de 1.453.344 ações foi totalmente integralizado através do leilão realizado em 19 de janeiro de 2010 ao preço, líquido das comissões, de R\$6,32 gerando um ágio de R\$1.194. Nessa mesma data, o aumento de capital foi homologado através da Reunião do Conselho de Administração, passando o capital a da mesma data, após o qual o capital passou a ser representado por 146.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, representadas pelo montante de R\$512.979.

b) Dividendos

Aos acionistas é garantido o dividendo mínimo de 25,0% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária.

O montante de dividendos pagos em 2011 refere-se ao saldo de dividendos propostos do exercício de 2010, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2011, calculados conforme segue:

Lucro líquido do exercício de 2010	32.458
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(1.623)
(+) Saldo de reserva de retenção de lucros de 2009 – após efeito adoção dos CPC's	10.135
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	39.176
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	22.816
Base de cálculo de dividendos	102.962
Proposta da Administração:	
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	25.741
Dividendos distribuídos em 2010	(18.328)
Dividendos propostos e pagos em 2011	7.413
Dividendos por lote de mil ações (em reais)	0,0508

Os dividendos pagos antecipadamente, no mês de outubro de 2011, no montante de R\$20.000 referem-se ao saldo de dividendos intercalares do exercício de 2011, referente ao lucro de seis meses findo em 30 de junho de 2011, "ad referendum" da Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 3 de outubro de 2011, calculados conforme segue:

Lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2011	7.683
(-) Constituição da reserva legal	(384)
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	21.882
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	12.629
Base de cálculo de dividendos	41.810
Proposta da Administração:	
Dividendos propostos	20.000

O montante de dividendos a pagar de R\$2.133 em 31 de dezembro de 2011 refere-se ao saldo de dividendos propostos do exercício de 2011, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária, calculados conforme segue:

Lucro líquido do exercício de 2011	21.802
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(1.090)
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	42.661
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	25.157
Base de cálculo de dividendos	88.530
Proposta da Administração:	
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	22.133
Dividendos distribuídos em 2011	(20.000)
Dividendos propostos	2.133
Dividendos por lote de mil ações (em reais)	0,0146

c) Reserva de reavaliação

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado nas controladas da Companhia, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica "Reserva de reavaliação", no patrimônio líquido.

Também sobre a mais valia reconhecida foram constituídos impostos diferidos em contrapartida da conta "Imposto de renda e contribuição social diferidos" no passivo.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados.

A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica "Lucros acumulados", nos termos da Deliberação CVM nº 183/95 da Lei nº 6.404/76, integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos. Com a aplicação do ICPC 01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

As controladas Portonave e Rio Verde, conforme descrito na nota explicativa nº 14, efetuaram ajuste ao custo atribuído, de acordo com ICPC 10 e CPC 37. Na data de transição o valor desta mais valia foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários e serão realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens.

e) Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33 e CPC 41, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro atribuído aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Segue abaixo o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

	2011	2010
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	21.802	32.458
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico	146.000.000	146.000.000
Média ponderada das opções exercíveis ao final do exercício – diluído	1.500.000	1.000.000
Média ponderada das opções que seriam exercidas a valor inferior ao preço médio de mercado – diluído	(1.457.491)	(1.000.000)
Resultado por ação – básico	0,14933	0,2232
Resultado por ação – diluído	0,14929	0,2232

Conforme nota explicativa nº 25, em 23 de setembro de 2009, 1º de maio de 2010 e 1º de maio de 2011 o Conselho de Administração aprovou três outorgas de opção de compra de 500.000 ações cada da Companhia para executivos e empregados, que não causarão impacto no lucro líquido por ação em 2010 e 2011, tendo em vista que o preço do exercício da opção sobre ações é superior à média do preço de mercado no período.

f) Lucro Base de Dividendos

No quadro abaixo é demonstrado o cálculo do lucro base de dividendos correspondente aos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010. O lucro líquido do período é ajustado pelas realizações da reserva de reavaliação reflexa e do ajuste de avaliação patrimonial, considerando a constituição da reserva legal, que corresponderia a 5% do lucro líquido do período.

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido	21.802	32.458
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	42.661	39.176
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	25.157	22.816
Lucro Base de Dividendos antes da constituição da reserva legal	89.620	94.450
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(1.090)	(1.623)
Resultado do exercício à disposição dos acionistas	88.530	92.827

g) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

h) Ágio em transações de capital

Esse ágio corresponde a mais valia referente a aquisição dos 1



29. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Receita financeira				
Rendimento de aplicação financeira	4.313	2.410	9.503	4.574
Juros recebidos	-	-	627	346
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	12.115	6.840	4.048	79
Outros juros e descontos obtidos	56	12	628	1.433
Despesa financeira				
Juros e remunerações sobre debêntures	(40.636)	(24.373)	(58.159)	(39.827)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	(11.170)	(13.735)	(48.324)	(46.114)
Outros juros, multas e atualizações	(1.649)	(805)	(17.956)	(7.220)
Impostos sobre operações financeiras	(596)	(483)	(2.758)	(1.132)
Varição cambial, líquidas	-	-	(15.353)	3.847
Resultado financeiro	(37.567)	(30.134)	(127.744)	(84.014)

30. Instrumentos Financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Consolidado		Valor justo	
	Valor Contábil	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	141.937	60.689	141.937	60.689
Aplicações financeiras vinculadas	55.583	42.854	55.583	42.854
Contas a receber, líquidas	46.359	27.969	46.359	27.969
Indenizações a receber	-	3.721	-	3.721
Impostos a recuperar	10.381	6.756	10.381	6.756
Depósitos judiciais	1.429	1.183	1.429	1.183
Total	255.689	143.172	255.689	143.172
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos	333.665	382.053	333.665	382.053
Debêntures e prêmio de não conversão	717.923	246.634	717.923	246.634
Fornecedores	57.647	38.628	57.647	38.628
Salários, provisões e contribuições sociais	13.025	9.183	13.025	9.183
Dividendos	9.187	7.413	9.187	7.413
Impostos a pagar	28.123	18.597	28.123	18.597
Arrendamento mercantil	24.835	-	24.835	-
Outras obrigações	31.748	30.916	31.748	30.916
Total	1.216.153	733.424	1.216.153	733.424

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

- A parcela das debêntures tiveram o seu valor contábil ajustado ao valor justo.

b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Durante o exercício de 2011, a Companhia atualizou as ações emitidas aos debenturistas pelo valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acessados de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2011 e 2010 se aproximam dos valores de mercado.

Como a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 9,50% para o ano de 2012 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2011, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Triunfo (Controladora e Consolidado)

Operação	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	CDI	9,50%	7,13%	4,75%
Triunfo (controladora)		3,226	2,420	1,613
Concepa		722	541	361
Econorte		1,395	1,046	698
Concer		4	3	2
Portonave		2,238	1,679	1,119
Icepport		166	124	83
		7,751	5,813	3,876

RS\$1.591 (*)

(*) Saldos em 31 de dezembro de 2011 aplicados em CDB e Fundos DI

Como a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IGP-M vigentes em 31 de dezembro de 2011, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2012 e a partir deste calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2012. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 31 de dezembro de 2011 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Triunfo (Controladora)

Operação	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Arrendamento mercantil – CSI	CDI	14	18	21
RS\$149 (*)		14	18	21
1ª Emissão de Debêntures	IGP-M	2.680	3.350	4.019
2ª Emissão de Debêntures	TJLP	8.450	10.563	12.676
3ª Emissão de Debêntures	IPCA	12.307	15.383	18.460
RS\$381.475 (*)		23.437	29.296	35.155
Taxa/índice sujeitos às variações	CDI	9,50%	11,88%	14,25%
Taxa/índice sujeitos às variações	IGP-M	5,08%	6,35%	7,62%
Taxa/índice sujeitos às variações	TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
Taxa/índice sujeitos às variações	IPCA	6,55%	8,19%	9,83%

(*) Saldos em 31 de dezembro de 2011

Triunfo (Consolidado)

Operação	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Arrendamento mercantil – Controladora	CDI	14	18	21
Capital Giro – Concepa	CDI	769	961	1.153
CCB – Concepa	CDI	9.387	11.734	14.080
CCB – Concepa	IGP-M	936	1.170	1.404
BNDES – Concer	TJLP	638	798	958
Capital Giro – Concer	CDI	1.801	2.251	2.701
Financiamento GE – Portonave	VC (dólar)	(3.195)	9.915	21.018
Finame – Rio Bonito	TJLP	48	60	72
BNDES – NTL	CDI	638	798	957
CCB – Vessel	CDI	2.839	3.548	4.258
CCB – Rio Canoas	CDI	1.123	1.403	1.684
Finame – Rio Canoas	TJLP	185	232	278
RS\$296.831 (*)		15.183	32.888	48.584
1ª Emissão Debêntures – Controladora	IGP-M	2.680	3.350	4.019
2ª Emissão Debêntures – Controladora	TJLP	8.450	10.563	12.676
3ª Emissão Debêntures – Controladora	IPCA	12.307	15.383	18.460
Debêntures – Econorte	CDI	10.873	13.591	16.309
Debêntures – Concepa	IGP-M	1.144	1.430	1.716
Debêntures – Maestra	CDI	4.640	5.800	6.960
Debêntures – Rio Canoas	CDI	14.310	17.887	21.465
RS\$717.923 (*)		54.404	68.004	81.605
Taxa/índice sujeitos às variações	CDI	9,50%	11,88%	14,25%
Taxa/índice sujeitos às variações	IGP-M	5,08%	6,35%	7,62%
Taxa/índice sujeitos às variações	TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
Taxa/índice sujeitos às variações	VC (dólar)	1,82	2,28	2,73
Taxa/índice sujeitos às variações	IPCA	6,55%	8,19%	9,83%

(*) Saldos em 31 de dezembro de 2011

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

(a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

(b) Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Mais de 90,0% das receitas das concessionárias de rodovias é recebida à vista, o que mantém o índice de inadimplência próximo a zero.

A controlada Portonave possui um baixo histórico de inadimplência de seus clientes, representados por grandes armadores internacionais.

(c) Risco de Mercado

i) Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, Variação Cambial e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

ii) Risco de Taxas de Câmbio: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

(d) Risco de Preço e Valor de Mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio das concessionárias de rodovias é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

(e) Risco Regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou do terminal portuário. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar que a Companhia e suas controladas encontram-se cobertas com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a Companhia e suas controladas tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

(f) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

(g) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	28.278	57.932	333.665	382.053
Debêntures (Nota 17)	381.475	214.716	717.923	246.634
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	(14.241)	(2.952)	(141.937)	(60.689)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	(26.523)	(25.130)	(55.583)	(42.854)
Dívida líquida	368.989	244.566	854.068	525.144
Patrimônio líquido	1.360.542	1.370.819	1.360.542	1.407.515
Total do capital	1.729.531	1.615.385	2.214.610	1.932.659
Índice de alavancagem financeira - %	21,33	15,14	38,57	27,17

31. Informações por segmento

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, conforme apresentados na nota explicativa nº 2.3, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios da Companhia foram divididos em seis segmentos operacionais principais, sendo eles o de concessões de rodovia, administração de portos, cabotagem, energia, holding e outros.

Nos segmentos operacionais estão os seguintes negócios da Companhia:

- Concessões de rodovia: As controladas Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Rio Guaíba, Triunfo Convale, Rio Paraiíba e Ecovale;

- Administração de portos: As controladas TPI-LOG, Starport, Maris Gaudium, Santa Rita, TPB, Portonave, MaNavne, Portonave, Teconnave e Icepport;

- Cabotagem: As controladas Maestra, Maestra LLP, NTL e Vessel;

- Energia: As controladas Rio Canoas, Rio Claro e TNE;

- Holding: as operações da Companhia;

- Outros: As controladas Trevally, Tucano, Retirinho, Guariroba, Estrela, Taboca, Anddis, Dable, Jahy, Santip, Luve, Santa Clara, Tijó, Rio Dourado e ATTT.

A Companhia possui basicamente atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

	31/12/2011						Eliminações (*)	Consolidado
	Rodovia	Porto	Cabotagem	Energia	Outros	Holding		
Operações em continuidade								
Receita operacional líquida	504.789	173.402	17.226	-	-	-	-	695.417
Custos dos serviços prestados	(287.944)	(126.111)	(22.750)	-	-	-	-	(436.805)
Lucro bruto	216.845	47.291	(5.524)	-	-	-	-	258.612
Receitas (Despesas) operacionais	(40.950)	(23.713)	(40.598)	(1.246)	(349)	59.369	(78.258)	(125.745)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	175.895	23.578	(46.122)	(1.246)	(349)	59.369	(78.258)	132.867
Resultado financeiro	(47.830)	(27.102)	(16.122)	877	-	(37.567)	-	(127.744)
Receita operacional líquida	504.789	173.402	17.226	-	-	-	-	695.417
Custos dos serviços prestados	(287.944)	(126.111)	(22.750)	-	-	-	-	(436.805)
Lucro bruto	216.845	47.291	(5.524)	-	-	-	-	258.612
Receitas (Despesas) operacionais	(40.950)	(23.713)	(40.598)	(1.246)	(349)	59.369	(78.258)	(125.745)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	175.895	23.578	(46.122)	(1.246)	(349)	59.369	(78.258)	132.867
Resultado financeiro	(47.830)	(27.102)	(16.122)	877	-	(37.567)	-	(127.744)
Receita operacional líquida	504.789	173.402	17.226	-	-	-	-	695.417
Custos dos serviços prestados	(287.944)	(126.111)	(22.750)	-	-	-	-	(436.805)
Lucro bruto	216.845	47.291	(5.524)	-	-	-	-	258.612
Receitas (Despesas) operacionais	(40.950)	(23.713)	(40					